

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

Lutiero Cardoso Esswein

**A INTERPRETAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO
DENOMINADA DE “DETERMINISMO TECNOLÓGICO” E SUA
CRÍTICA**

**PORTO ALEGRE
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA**

Lutiero Cardoso Esswein

**A INTERPRETAÇÃO DO MATERIALISMO HISTÓRICO
DENOMINADA DE “DETERMINISMO TECNOLÓGICO” E SUA
CRÍTICA**

Trabalho de Conclusão do Curso,
apresentado à banca examinadora da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
como requisito parcial para a obtenção do
grau de bacharel em Filosofia, sob a
orientação do Prof. Dr. Jose Pinheiro
Pertille.

PORTO ALEGRE

2016

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1 – CONCEITOS PRELIMINARES	7
CAPÍTULO 2 – O DETERMINISMO TECNOLÓGICO.....	11
2.1 Apresentação do determinismo tecnológico	11
2.2 A “Carta a Pável V. Annenkov” e o “Prefácio” de 1859.....	14
2.3 A interpretação de Gerald Cohen	18
CAPÍTULO 3 – CRÍTICA AO DETERMINISMO TECNOLÓGICO	26
3.1 Apresentação da crítica	26
3.2 A interpretação de Richard Miller	29
3.3 A interpretação de Jon Elster	32
3.4 Os elementos políticos das explicações do materialismo histórico	40
CONCLUSÃO.....	48
BIBLIOGRAFIA	50

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma análise da interpretação do materialismo histórico denominada de determinismo tecnológico. Esta interpretação é construída a partir do prefácio da obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, escrita por Marx em 1859. O determinismo tecnológico defende que a teoria da história de Marx explica a sucessão de relações de produção a partir da capacidade que estas apresentam em aumentar a eficiência das forças de produção, concebendo o materialismo histórico como uma teoria determinista e que desconsidera explicações que envolvem os elementos políticos de uma época. Será apresentada uma análise do prefácio acima citado e da interpretação denominada de determinismo tecnológico a partir do livro *A teoria da história de Karl Marx: Uma defesa* (1978), escrita por Gerald Cohen, principal figura do determinismo tecnológico, tendo como objetivo apresentar as principais teses desta interpretação como também as dificuldades que ela acarreta. Posteriormente, serão apresentadas críticas ao determinismo tecnológico realizadas por Richard Miller (1981) e Jon Elster (1985), e também a interpretação que ambos propõem do materialismo histórico, na qual a conjuntura política de uma época se apresenta como elemento explicativo da teoria da história de Marx.

Palavras chave: Relações de Produção, Forças de produção, Classes.

INTRODUÇÃO

O materialismo histórico é uma teoria formulada por Marx, com contribuição de seu amigo Friedrich Engels, que procura estabelecer explicações para transformações históricas naquilo que os autores consideram como sendo a estrutura de uma sociedade (as relações de produção), e a superestrutura da mesma (estado, leis, religião, moral, etc). O materialismo histórico, Além de estabelecer causas para as transformações da “base econômica” de uma sociedade, também se constitui de explicações sobre o modo com que as diversas esferas sociais se determinam. Em *A Ideologia Alemã* (1846), os autores afirmam que as ideias de uma época dependem das condições materiais de existência, e que as instituições sociais de uma época, como o estado e as leis, dependem das relações de produção desta época. Disto parece se seguir que as relações de produção não são determinadas pelas ideias e demais instituições sociais, mas que pelo contrário, determinam as mesmas. E com isto, que modificações ocorridas nas relações de produção devem necessariamente ocasionar modificações nas esferas sociais da superestrutura. Ambos os autores expõem a seguinte afirmação na *Ideologia Alemã*:

A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia e as formas de consciência que a elas possam corresponder não continuam mantendo, assim, por mais tempo, a aparência de sua própria autonomia. Elas não têm história, elas não têm um desenvolvimento próprio delas, mas os homens que desenvolvem sua produção material e sua circulação material trocam também, ao trocar esta realidade, seu pensamento e os produtos de seu pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX, 2007, p.49).

De que modo se dá esta determinação entre a base econômica e a superestrutura para o materialismo histórico é motivo de controversa, e este não será um dos temas desenvolvidos por este trabalho. Nesta citação da *Ideologia Alemã*, o materialismo histórico parece afirmar que as ideias são determinadas unilateralmente pelas condições materiais de existência, pois não possuem sua própria autonomia. É mister, entretanto, apresentar uma interpretação alternativa desta tese: a de que o materialismo histórico não afirma que as relações de produção determinam unilateralmente a superestrutura, mas sim que impõem limites à autonomia de suas esferas constituintes. Deste modo, as crenças de uma época possuem uma

certa autonomia em seu desenvolvimento em relação à base econômica, porém esta autonomia é delimitada pela capacidade destas crenças em legitimarem as relações de produção.

O conteúdo desenvolvido por este trabalho de conclusão será limitado à análise de uma interpretação importante dentro dos debates sobre Marx acerca da teoria das transformações da história, a saber, a interpretação do determinismo tecnológico, que se caracteriza por atribuir às explicações históricas de Marx a tese de que o processo de sucessão de relações de produção se dá pela substituição de relações de produção menos eficientes do ponto de vista da produção material por relações de produção mais eficientes. Esta interpretação também apresenta o materialismo histórico como sendo constituído de uma teoria determinista: as relações de produção predominantes sempre serão aquelas mais eficientes quanto à produção material, ou então, se houver outras factíveis mais eficientes que aquelas que predominam, as novas relações de produção mais eficientes acabarão prevalecendo.

Esta interpretação decorre principalmente do prefácio escrito por Marx de seu livro *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859). A teoria exposta neste prefácio apresenta uma explicação da história que não estabelece as variáveis políticas, como a consciência e interesses de classes, como elementos explicativos do processo histórico, e esta ausência acaba entrando em conflito com outros textos em que o autor atribui a estas variáveis uma importância na explicação de transições específicas entre estruturas econômicas. Gerald Cohen (1978) procura mostrar de que modo a teoria do Prefácio e as explicações políticas de Marx podem ser conciliadas, embora não atribua aos elementos políticos das transformações sociais uma autonomia frente às explicações de ajuste das relações de produção à maior eficiente da produção material. Além disto, Cohen procura estabelecer justificativas para a teoria do Prefácio a partir das motivações dos indivíduos para que as transformações na estrutura econômica ocorram. Esta interpretação de Cohen, assim como os textos de Marx que levam a uma interpretação tecnológica-determinista de sua teoria, serão apresentados no capítulo dois.

No capítulo três deste trabalho, será apresentada uma interpretação que se contrapõe a do determinismo tecnológico, proposta com algumas diferenças por Richard Miller (1981) e Jon Elster (1985). Será mostrado a partir destes autores que Marx também atribui importância explicativa às variáveis políticas, sem que estas estejam condicionadas pelas explicações de ajuste das relações de produção à maior eficiente da produção material.

O capítulo seguinte consistirá na apresentação dos conceitos principais do materialismo histórico e dos debates acerca do determinismo tecnológico.

CAPÍTULO 1 – CONCEITOS PRELIMINARES

Neste capítulo, serão apresentados os principais conceitos do materialismo histórico, a saber, forças de produção, relações de produção, classes e a função de elementos da superestrutura.

O termo “*faculdades produtivas*” ou “*forças de produção*”, é traduzido do alemão “*Produktivkräfte*”. Este, por sua vez, fora traduzido por Marx para o alemão do termo “*productive forces*”, utilizado por Adam Smith e David Ricardo. Por “*forças de produção*”, Marx se refere às faculdades de produção dos homens, porém não no sentido restrito das habilidades e capacidades físicas dos mesmos, mas incluindo aí tudo aquilo que agrega à força de seu corpo natural, como ferramentas, máquinas, etc. E além disso, inclui-se aí também formas de cooperação social, que aumentam a capacidade de produção. Muitas vezes, o conceito de forças de produção acaba sendo identificado com o de tecnologia. Em verdade, o conceito de tecnologia é instanciado no de forças de produção, e sendo assim, aquele possui um sentido mais amplo.

O conceito de relações de produção é certamente o mais complexo dentro do materialismo histórico. Nos *Grundrisse* (1858) Marx apresenta uma tipologia de relações de produção que antecederam o capitalismo; todas elas seriam formações originadas logo depois da fixação dos homens à terra; ao se fixarem à terra, os homens precisam entrar em uma relação determinada com as condições materiais de existência que é o caráter social de sua apropriação destas condições. É a propriedade das condições de produção. Estas formas analisadas por Marx seriam naturais ou primárias. Por natural aqui Marx não se refere a uma forma de propriedade mais condizente com a natureza humana ou aquela que é a originária sob qualquer circunstância. Por natural aqui se quer dizer que é a primeira forma de propriedade fixa que se estabelece sobre os meios de produção em uma sucessão histórica em que outras formas a sucedem.

No *Capital – Livro I* (1867), Marx classifica os elementos que participam do processo de produção, qualquer que seja a forma histórica específica deste, em três: o trabalho, o objeto de trabalho e o meio de trabalho. O objeto de trabalho é a matéria a que se aplica o trabalho, como por exemplo a madeira, os metais, a água, matéria-prima em geral, etc.; inclui-se nesta categoria a terra. O meio de trabalho “é uma coisa ou complexo de coisas

que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre este objeto” (ibidem). Inclui-se aí instrumentos e máquinas. O conceito de meios de produção engloba o de objeto de trabalho e meio de trabalho.

A relação específica do homem com os meios de produção, sejam eles instrumentos, a terra, etc., é sempre uma relação genérica dentro da sociedade; e é um modo de apropriação destes meios de produção, isto é, a forma de *propriedade* específica dos meios de produção naquela sociedade. Estas formas primárias são formas em que os produtores imediatos são eles mesmos donos

das condições materiais de produção. Estas aparecem para eles como “sua subjetividade inorgânica” como uma extensão de seu corpo; eles tomam a si mesmos como senhores das condições de sua realidade. Os indivíduos de uma comunidade como tal não se reconhecem como trabalhadores, mas como proprietários. “O pôr do indivíduo como trabalhador é um produto histórico”.

Pode-se dizer aqui que nestas comunidades ditas “naturais”, a propriedade dos meios de produção é comum, pois não há aqui indivíduos que não possuem meios de produção; é mister deixar claro que nestas comunidades não há classes segundo o conceito de Marx, pois os indivíduos não se distinguem conforme diferentes grupos segundo a propriedade ou não dos meios de produção.

A dissociação entre o produtor imediato e os meios de produção se realiza por meio de um processo histórico. A partir do momento em que aparece a primeira forma de propriedade privada dos meios de produção, os indivíduos passam a se distinguir segundo proprietários ou não dos meios de produção e enquanto conjunto de indivíduos que compartilham a mesma posição social segundo esta distinção, são classes sociais. A relação entre classes é configurada como uma relação de dominação.

Esta dominação de classe pode se dar por duas razões; estando um grupo de indivíduos despossuídos das condições materiais de produzir seus víveres, a única maneira para manter sua existência é sujeitar-se àqueles que detêm a propriedade privada dos meios de produção, como no capitalismo; ou pela coerção, como é o exemplo do escravagismo.

Deste modo, aqueles que controlam os meios de produção também controlam a força de trabalho. Portanto, as formas econômicas em que rege a propriedade privada dos meios de produção são formas em que a sociedade é constituída por relações de dominação e exploração entre classes. A classe dominante controla o processo de trabalho, que é efetuado pela força de trabalho, mas que aqui não é realizado segundo a consciência da própria

atividade e seus fins e autonomia do trabalhador direto, para quem a sua própria força de trabalho é regida por forças externas.

Uma fração do tempo de trabalho realizado pela classe dominada produz bens para o consumo dos indivíduos que fazem parte da mesma; na outra fração deste tempo de trabalho, a classe trabalhadora produz bens para os indivíduos da classe dominante; por isto é que as relações entre classes são configuradas também como relações de exploração.

As relações de produção são assim a forma específica com que uma sociedade se organiza para produzir seus bens de consumo e as próprias condições de produção; elas assim determinam tanto aquilo que se vai produzir quanto para que finalidade se vai produzir. Por exemplo, no capitalismo a finalidade da produção é gerar lucro para os detentores de capital. As relações de produção são um conceito essencialmente político, pois o modo com que os homens se organizam para produzir é constituído a partir do modo com que a propriedade dos meios de produção é distribuída entre seus membros. Do modo com que a propriedade é distribuída entre os membros da sociedade, Marx deriva o conceito de classes. Aqueles que detêm os meios de produção, são a classe dominante. Aqueles que não possuem os meios de produção, são a classe dominada. As relações de produção são assim definidas conforme a constituição de suas classes; deste modo, podemos distinguir diversas relações de produção; por exemplo, há as relações de produção escravistas, em que aqueles que não detêm os meios de produção são, eles próprios, considerados parte dos meios de produção, por serem propriedade dos membros individuais da classe dominante; há o modo de produção feudal, em que a classe dominada é constituída por servos, pessoas ligadas a uma porção de terra, da qual não podiam se desvencilhar, que é de domínio de um determinado senhor, a quem devem parte de sua produção. Nas sociedades contemporâneas predominam as relações de produção capitalistas; nestas, a classe dominada, que é o proletariado, não possui vínculo vitalício com nenhum indivíduo da classe dominante. Por não possuir meios de produção, os indivíduos desta classe precisam vender sua força de trabalho em troca de salário. Os detentores dos meios de produção, que são os capitalistas, dão o salário em troca do uso da força de trabalho dos trabalhadores por um número “x” de horas. Como este número “x” de horas em que os indivíduos do proletariado trabalham é maior que o número “x” de horas de tempo de trabalho convertido em dinheiro que eles recebem como salário, os trabalhadores são explorados e o valor deste número “x” de horas não pagas (que Marx denomina de mais-valia) é capitalizado por aquele que detém o capital.

Para Marx, estas classes estão sempre em um conflito, que denomina de luta entre classes. Por luta entre classes Marx não entende uma luta que é sempre explícita e da qual os

agentes envolvidos possuem sempre consciência; é, antes de tudo, a suposição de que as classes, em uma mesma época histórica, possuem interesses opostos, seja no que tange às suas intenções imediatas (a valorização salarial, por exemplo, que implica necessariamente uma queda na taxa de lucro), seja no que tange ao interesse da classe dominante em manter a ordem social vigente e ao interesse da classe dominada em colocar abaixo a ordem social vigente. Este conflito pode se realizar na instância política ou mesmo no embate de ideias.

Uma sociedade não é constituída apenas por uma relação de produção; no período denominado de idade média e idade moderna, por exemplo, existiram diversas relações de produção: relações de produção feudais, corporações de ofício, pequena propriedade camponesa, artesãos e pequenos capitais. Porém, as diversas instituições sociais de uma sociedade, como o estado, as leis, as crenças, a religião, costumam favorecer e legitimar uma classe e uma relação de produção específica em relação a qual esta classe se apresenta como dirigente. Cada sociedade é caracterizada deste modo como sendo um “modo de produção particular”: uma sociedade ou época histórica é caracterizada como sendo de um modo de produção “x”, quando as instituições desta sociedade favorecem ou legitimam as relações de produção “x”. As sociedades ocidentais durante o período da idade média são caracterizadas como sociedades em que rege o modo de produção feudal porque suas instituições tinham sobretudo a função de legitimar as relações de produção feudais e a classe dominante correspondente.

Entre estas instituições, se destacam no corpo conceitual marxista o estado e a ideologia. O estado se apresenta como a instituição que impõe os interesses de uma classe dominante por meio do monopólio da força. As ideologias de uma época são as crenças e ideias gerais de uma sociedade que legitimam o domínio de uma determinada classe sobre os meios de produção e a forças de trabalho e assim diminuem a possibilidade de ocorrerem revoltas de classes dominadas para aniquilar as relações de produção predominantes. Portanto, é a partir do conceito de guerra entre classes que se pode entender a função social das instituições da superestrutura.

Uma classe, para se colocar como a classe dominante de uma época, precisa tomar o poder do estado para por meio dele impor seus interesses de classe sobre os demais grupos sociais, e precisa também que as demais classes aceitem as relações de produção que correspondem ao seu domínio de classe como legítimas, evitando deste modo motivações das classes dominadas para tomarem o poder do estado.

CAPÍTULO 2 – O DETERMINISMO TECNOLÓGICO

2.1 Apresentação do determinismo tecnológico

O determinismo tecnológico é a interpretação da teoria da história de Marx que se caracteriza por conceber o materialismo histórico como sendo uma teoria cuja tese principal é a de que o processo de sucessão de relações de produção se dá pela substituição de relações de produção menos eficientes em desenvolver as forças de produção por relações de produção com maior eficiência neste desenvolvimento. Determinadas relações de produção predominariam em uma época em razão de sua capacidade de promover o desenvolvimento das forças de produção. Porém, com a modificação destas, surgem novas relações de produção, e dentre estas, algumas se mostram mais eficientes em desenvolver as forças de produção do que aquelas que predominam no momento atual; as relações de produção que até então predominaram passam a entrar o desenvolvimento daquelas novas relações de produção mais eficientes em continuar o desenvolvimento das forças de produção, e portanto, tornam-se um entrave para o desenvolvimento das próprias forças de produção.

Segundo o determinismo tecnológico, sempre que for o caso deste entrave para o desenvolvimento das novas relações de produção, acabarão prevalecendo as relações de produção mais eficientes em desenvolver as forças de produção. Porém, cada relação de produção se constitui como uma relação de poder em que um grupo de indivíduos controla os meios de produção e comanda a força de trabalho das classes subalternas. A substituição de determinadas relações de produção por outras significa que um determinado grupo de indivíduos que detém o poder político e econômico de uma sociedade perderá sua posição privilegiada para outro grupo. Sendo assim, a substituição de uma relação de produção por outra não se faz sem um conflito entre forças políticas tendo em vista o controle político e econômico da sociedade.

Para Cohen, principal intérprete do determinismo tecnológico, o resultado do conflito político já está pré-determinado pela relação de eficácia entre as relações de produção factíveis e as forças de produção disponíveis: aquela classe cuja forma de domínio dos meios de produção corresponde às relações de produção mais eficientes em desenvolver as forças de produção acabará se estabelecendo como a classe que detém a hegemonia do poder político e

econômico. Deste modo, o conflito entre classes, embora seja necessário para que a revolução na base econômica se realize, não se mostra como um processo autônomo, sendo apenas o mecanismo pelo qual as relações de produção necessariamente se ajustam tendo em vista a sua capacidade em desenvolver as forças de produção. Sendo assim, que o projeto de poder de uma classe econômica se mostre o mais eficiente no desenvolvimento das forças de produção seria condição necessária e suficiente para que esta classe venha a se estabelecer como a classe dominante desta sociedade.

O elemento explicativo da sucessão histórica de relações de produção se limitaria ao ajuste destas formas econômicas à maior eficiência no desenvolvimento das forças de produção. As variáveis políticas, como a capacidade de certos grupos aspirantes à classe que detém o poder hegemônico da sociedade em formar alianças com outras classes, e a capacidade da classe dominante atual em se perpetuar no poder, não seriam elementos explicativos para se compreender aquela sucessão histórica, pois o resultado do conflito político já estaria pré-determinado pelo ajuste necessário da base econômica tendo em vista a maior eficiência no desenvolvimento das forças de produção.

O determinismo tecnológico compartilha esta tese de que a explicação das transformações da estrutura econômica se limita ao ajuste desta à maior eficiência no desenvolvimento das forças de produção com a interpretação denominada de “economicismo”. Este termo é cunhado por Lênin para designar aqueles que, seguindo principalmente a Berstein, interpretam o materialismo histórico como sendo uma teoria que reduz as explicações do processo histórico meramente aos fatores econômicos, esvaziando a teoria dos elementos políticos e ideológicos da sociedade. O que diferencia o determinismo tecnológico do economicismo é que este último pretende também explicar toda a superestrutura a partir das determinações econômicas de maneira unilateral.

A interpretação de que o materialismo histórico limita as explicações do processo histórico ao ajuste das relações de produção às forças de produção tendo em vista a eficiência produtiva leva a consequências em movimentos políticos inspirados na teoria de Marx. A revolução russa de outubro de 1917, na qual fora estabelecido um governo socialista naquele país, dependeu dos resultados de um conflito ocorrido entre dois grupos políticos de inspiração marxista: os mencheviques e os bolcheviques. Os primeiros, tendo como base teórica uma interpretação determinista-tecnológica do materialismo histórico, cujo principal mentor chamava-se Georgi Plekhanov, defendiam que a Rússia possuía forças de produção cujo uso eficiente e desenvolvimento mais rápido se dariam por meio de relações de produção capitalistas, e que portanto, o modo de produção capitalista seria o mais adequado a estas

forças de produção. Por seu turno, os bolcheviques atribuíam à conjuntura política um grande papel na constituição da base econômica de uma sociedade, defendendo assim que o socialismo seria possível mesmo com um baixo desenvolvimento das forças de produção, desde que as variáveis políticas fossem favoráveis.

O defensor mais importante do determinismo tecnológico no debate contemporâneo é Gerald Cohen. Seu livro *Karl Marx's theory of history: a defence* (1978) é conhecido pelo esforço do autor em tentar tornar os conceitos de Marx mais bem definidos e em propor justificativas para as teses do materialismo histórico. Em razão de sua posição de destaque dentro do debate contemporâneo do materialismo histórico, e por ser tido por muitos como aquele que estabeleceu as melhores justificativas para uma leitura determinista-tecnológica do materialismo histórico, a sua interpretação será usada como referência no desenvolvimento deste trabalho.

O principal texto de Marx utilizado pelos intérpretes do determinismo tecnológico para justificar sua concepção é o prefácio do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), e sendo assim, será necessária uma análise das teses expostas neste prefácio. Este livro precedera *O Capital* (1867), e sua importância se deve por ser a primeira exposição sistemática dos conceitos de Marx de suas teses de economia política.

Outro importante texto utilizado para justificar as teses do determinismo tecnológico é uma carta escrita por Marx ao crítico literário Pável V. Annenkov (1846). Esta carta possui grande importância haja vista ser a primeira exposição do materialismo histórico. A *Carta à Annenkov* apresenta uma explicação diferente do processo histórico do que aquela apresentada pelo “Prefácio”, e estas diferentes explicações estão presentes ao longo da obra de Marx. Portanto, faz-se mister apresentar ambas as exposições, tanto por sua diferença quanto por sua importância dentro das justificativas do determinismo tecnológico.

A terminologia aqui utilizada é a mesma dos autores cujas interpretações fazem parte do desenvolvimento deste trabalho (Cohen, Richar Miller, Elster), para os quais, dizer que determinadas relações de produção predominam em uma época significa que estas relações de produção predominam quantitativamente e que a classe dominante correspondente às mesmas detém também o poder político da sociedade por meio do qual pode facilitar seu domínio econômico.

2.2 A “Carta a Pável V. Annenkov” e o “Prefácio” de 1859

A *Carta a Pável V. Annenkov* (1846) é a primeira exposição do materialismo histórico. Esta se configura como uma crítica à teoria do socialista Proudhon de que as relações econômicas podem ser compreendidas a partir do desdobramento imanente de conceitos abstratos. Em oposição à teoria de Proudhon, Marx sugere que a história das ideias é que deve ser explicado pelas transformações econômicas, e não estas pelo desenvolvimento daquelas.

Nesta carta, Marx expõe pela primeira vez sua teoria da história:

(...) são os homens livres de escolher esta ou aquela forma social? De modo algum. Considere-se um certo estado de desenvolvimento das faculdades produtivas dos homens e ter-se-á tal forma de comércio e de consumo. Considerem-se certos graus de desenvolvimento da produção, do comércio, do consumo e ter-se-á tal forma de constituição social, tal organização da família, das ordens ou das classes, numa palavra, tal sociedade civil. Considere-se tal sociedade civil e ter-se-á tal Estado político, que não é mais do que a expressão oficial da sociedade civil. (MARX, 2009, p. 245)

Temos aqui a tese de que as relações econômicas são determinadas unilateralmente pelo “estado de desenvolvimento das faculdades produtivas”. Nesta primeira exposição do materialismo histórico, esta teoria é apresentada como sendo uma explicação determinista da história. Para um determinado “estado de desenvolvimento das faculdades produtivas” haverá uma base econômica correspondente. Sendo assim, a base econômica é determinada unilateralmente pelas forças de produção. Existem determinadas relações econômicas que são as mais adequadas para certas forças de produção e que deste modo serão as que irão prevalecer. Mas como se dá esta determinação das relações econômicas pelas forças de produção?

Os homens nunca renunciam ao que ganharam, mas isso não quer dizer que nunca renunciem à forma social em que adquiriram certas forças produtivas. Muito pelo contrário. Para não serem privados do resultado obtido, para não perderem os frutos da civilização, os homens são forçados, a partir do momento em que o modo do seu comércio já não corresponde às forças produtivas adquiridas, a mudar todas as suas formas sociais tradicionais. Por exemplo: o privilégio, a instituição das jurandas e das corporações, o regime de regulamentação na Idade Média, eram as únicas relações sociais que correspondiam às forças produtivas adquiridas e ao estado social pré-existente, do qual essas instituições tinham saído. (MARX, 2009, p. 246-7).

Assim, as relações econômicas se modificam conforme permitem um uso mais eficiente das forças de produção. Com o desenvolvimento destas, as relações econômicas que eram mais eficientes no uso das forças de produção passam a obstruir o potencial criado por elas mesmas ao permitir este desenvolvimento. Assim, surgem novas relações de produção, por meio das quais as novas forças de produção adquiridas podem ser usadas em todo seu potencial, e deste modo, os homens não seriam “privados do resultado obtido” ou não perderiam “os frutos da civilização”. Ao modificar a base econômica, os homens precisam modificar também as demais instituições sociais e o pensamento da época. No exemplo utilizado por Marx, as corporações de ofício na idade média eram a única forma social de produção que podia corresponder às forças de produção adquiridas. Durante este modo de organização da produção, ou esta forma específica da propriedade, as próprias forças de produção se desenvolveram, assim como o comércio e os meios de transporte. A partir de então, aquela forma de produção já não correspondia mais às forças de produção que se desenvolveram por meio dela mesma; para manter o regime corporativo, seria necessário regredir no estágio que as forças de produção haviam sido alcançadas. Porém, o que se deu foi o contrário: para manter os frutos da aptidão desenvolvimentista dos homens, a forma social da produção é que sofreu modificações.

Não temos nesta primeira exposição do materialismo histórico uma explicação ou mesmo qualquer indicação da importância do conflito político para que a transição de uma relação de produção para outra se realize.

A exposição mais famosa da teoria geral do materialismo histórico é a do “*Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política*” (1859). Nela, Marx afirma que:

(...) na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (...) Numa certa etapa do seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que é apenas uma expressão jurídica delas, com as relações de propriedade no seio das quais se tinham até aí movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações transformam-se em grilhões das mesmas. Ocorre então uma época de revolução social. (MARX, 2008, p. 47).

Temos aqui uma diferença entre a exposição da teoria geral no *Prefácio* e na *Carta a Annenkov*. Se nesta última, o motivo pelo qual uma relação de produção precisava ser sucedida por outra era em razão de que ela não permitia mais um uso eficiente das forças de

produção disponíveis, no *Prefácio* uma relação de produção dominante precisa ser superada porque torna-se uma barreira para o contínuo desenvolvimento das forças de produção. O que ambos os textos têm em comum é que descrevem a história como um processo necessário em que para determinado grau de desenvolvimento das forças de produção existem determinadas relações de produção mais adequadas e estas acabam necessariamente se estabelecendo como predominantes. Neste sentido, tanto o *Prefácio* quanto a *Carta à Annenkov* apresentam uma concepção determinista da história.

Segundo o *Prefácio*, que as forças de produção tenham entrado em “contradição com as relações de produção existentes” significa que as relações de produção já não permitem mais o desenvolvimento das forças produtivas. Mas isto significaria que determinadas relações de produção seriam substituídas por outras apenas quando não tivessem esgotado totalmente sua capacidade em desenvolver as forças de produção? É o que de fato Marx afirma no *Prefácio*:

Uma formação social nunca decai antes de estarem desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais é suficientemente ampla, e nunca surgem relações de produção novas e superiores antes de as condições materiais de existência das mesmas terem sido chocadas no seio da própria sociedade velha. (MARX, 2008, p.48).

Gerald Cohen (1978), Richard Miller (1981) e Jon Elster (1985), a despeito das diferenças entre suas interpretações, concordam que se comprometer com esta tese levaria a que o materialismo histórico se tornasse implausível. Segundo o trecho acima citado do *Prefácio*, uma relação de produção somente seria substituída por outra quando a primeira excluísse toda e qualquer possibilidade de avanço das forças de produção. Cohen (1978) sustenta que se o materialismo histórico fosse interpretado desta maneira não seria verdadeiro em sua verificação empírica, pois o feudalismo deveria ter perdurado por mais tempo, pois não havia esgotado todas as possibilidades de desenvolvimento das forças de produção quando fora sucedido pelo capitalismo; além do que, esta interpretação levaria à hipótese absurda de que uma relação de produção que desenvolvesse as forças de produção a um ritmo muito lento permaneceria como relação de produção predominante mesmo se houvesse uma alternativa muito mais eficiente em desenvolver as forças de produção.

Cohen propõe então uma interpretação alternativa que veio a ser denominada de estagnação relativa. A interpretação literal do prefácio que sustenta que uma relação de produção somente é substituída quando já não possui mais a capacidade de desenvolver as forças de produção é denominada de estagnação absoluta. A interpretação da estagnação

relativa propõe interpretarmos o materialismo histórico do seguinte modo: uma relação de produção precisa ser superada não quando ela esgota todas as possibilidades em desenvolver as forças de produção, mas quando surgem novas relações de produção factíveis que se mostram mais eficientes em desenvolver as forças produtivas. Sendo assim, a relação de produção que possui predomínio atualmente, na hipótese de a ela confrontar-se uma nova relação de produção que se mostra mais eficiente em desenvolver as forças de produção, é um entrave ao desenvolvimento destas últimas não porque esgotou todas as possibilidades em aumentar o poder de produção, mas porque ela impede o avanço das novas relações de produção. Para Cohen, assim como para Miller e Elster, embora o *Prefácio* exponha a tese da estagnação absoluta, em diversos outros textos em que Marx expõe processos particulares de transformação da base econômica o autor se utilizaria da tese da estagnação relativa, como no *Capital* (1867), no *Manifesto Comunista* (1848) e em *A Ideologia Alemã* (1846). Mais à frente no *Prefácio*, Marx afirma que:

Com a transformação do fundamento econômico revoluciona-se, mais devagar ou mais depressa, toda a imensa superestrutura. Na consideração de tais revolucionamentos tem de se distinguir sempre entre o revolucionamento material nas condições econômicas da produção, o qual é constatável rigorosamente como nas ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em suma, ideológicas, em que os homens ganham consciência deste conflito e o resolvem. (MARX, 2008, P.48).

Neste trecho, Marx expõe sua teoria da estrutura social: como o funcionamento de determinadas relações de produção depende de sua compatibilidade com certas instituições sociais, como o estado e as leis, e com as crenças de uma época, haja vista que precisam determinadas relações de produção de ser legitimadas perante as classes subalternas, disto se segue que com a modificação das relações de produção, as instituições e pensamentos também devem necessariamente ser modificados para que as relações de produção não sejam aniquiladas pela guerra entre classes.

Não existe no *Prefácio* alusão alguma aos mecanismos sociais por meio dos quais este “conflito” entre relações de produção e forças de produção se resolvem. Não há nenhuma fundamentação desta lógica do processo histórico a partir das motivações e ações individuais. Marx não sugere aqui que a luta entre classes é o mecanismo por meio do qual as relações de produção mais eficazes em desenvolver as forças de produção acabam prevalecendo. Isto leva a que Jon Elster (1985) afirme que Marx não consegue justificar suas afirmações funcionalistas do *Prefácio* a partir das ações e motivações dos agentes históricos.

Se aceitarmos que a interpretação apresentada neste capítulo condiz com o texto do *Prefácio*, e posto que esta é a leitura que os adeptos do determinismo tecnológico fazem do materialismo histórico, de que maneira se poderia ter uma outra interpretação do materialismo histórico que não a do determinismo tecnológico?

Como será mostrado mais à frente, existem textos em que Marx explica as modificações na base econômica não apenas pela necessidade de haver uma adaptação das relações de produção segundo uma maior eficiência das forças produtivas, mas também pelas condições políticas de uma classe em levar adiante uma revolução. Deste modo, haveria uma divergência entre a teoria apresentada pelo prefácio e explicações de Marx de processos particulares de transformação na base econômica. Assim, a característica singular do determinismo tecnológico não é a de ser uma interpretação diferenciada do *Prefácio*, mas sim o fato de que os adeptos desta interpretação utilizam o texto do *Prefácio* como referencial para estabelecer sua interpretação do materialismo histórico em detrimento dos demais escritos de Marx.

A interpretação de Cohen (1978) procura estabelecer uma conexão entre a teoria funcional exposta no *Prefácio* e as teses políticas de Marx.

Pela importância de Cohen no debate contemporâneo sobre o materialismo histórico, e por ser o principal representante do determinismo tecnológico, uma análise das possibilidades do determinismo tecnológico deve levar em conta a interpretação de Cohen do materialismo histórico, e por isto, essa interpretação será objeto de análise da próxima seção.

2.3 A interpretação de Gerald Cohen

Como dito anteriormente, Gerald Cohen é o principal representante do determinismo tecnológico no debate contemporâneo; suas teses são expostas no livro *Karl Marx's theory of history: a defence* (1978). Seus esforços se dão em procurar justificar as teses presentes no *Prefácio*, conciliar estas teses com as explicações políticas de Marx, e buscar justificativas para estas teses nas motivações individuais

Cohen procura explicar os mecanismos sociais por meio dos quais a teoria funcionalista exposta no *Prefácio* se realizaria propondo uma conciliação entre esta e as explicações de Marx dos processos políticos. Citando um famoso trecho do *Manifesto Comunista*, em que Marx afirma que “A história de todas as sociedades tem sido a história

das lutas de classe” (MARX, 2008, p.40), Cohen propõe que toda transição de uma relação de produção para outra envolve necessariamente uma luta entre classes. Como as relações de produção se configuram como relações de poder de um grupo de indivíduos sobre os meios de produção e a força de trabalho, a substituição da forma de propriedade predominante é também a substituição da classe dominante que controla os recursos de produção e o poder político. Ainda que a razão subjacente ao processo histórico seja a capacidade que as formas de organização econômica possuem em desenvolver as forças de produção, as grandes transformações históricas são realizadas apenas por meio da luta entre classes porque aquela classe que se encontra na posição de dominante nesta forma econômica defasada vai pretender preservar esta organização social.

Ainda que a substituição de uma forma social defasada por outra relação de produção que já se mostra factível e que exibe uma capacidade maior em desenvolver as forças de produção seja um avanço da produção de riqueza, para os indivíduos da classe dominante daquela forma social defasada, esta substituição representa a perda de sua posição social de domínio e privilégio. Sendo assim, é de se esperar que os indivíduos desta classe façam de tudo para manter a relação de produção vigente. Por definição, a classe dominante controla e domina a superestrutura, e vai se utilizar da mesma para preservar a ordem econômica vigente. É na instância da superestrutura, na luta entre ideias e pelo poder do estado, que se realiza o conflito entre classes. O estado é um elemento central da superestrutura, pois sendo ele o monopólio da força, é o poder coercitivo capaz de impor sobre as demais esferas sociais a vontade daqueles grupos sociais que o controlam. Uma revolução é a transferência do poder do estado de uma classe para outra. A partir do momento em que uma classe toma o estado, despojando seu controle de outra classe, ela deve fazer valer seu interesse específico, modificando as instituições que antes eram utilizadas para os interesses da classe dominante anterior, fazendo delas meios para atingir seus fins, criando as condições sociais para a melhor realização destes fins.

Considerando que a guerra entre classes é o mecanismo social necessário para que as relações de produção mais eficientes prevaleçam sobre aquelas menos eficientes, e considerando que, como concebido pelo *Prefácio*, as relações de produção mais eficientes em desenvolver as forças de produção devem necessariamente triunfar sobre aquelas menos eficientes, disto Cohen conclui que o resultado da luta entre classes já está pré-determinado. A guerra entre classes, deste modo, é o mecanismo por meio do qual as relações de produção se ajustam à sua forma necessária, à forma que, dado o contexto histórico, possui maior capacidade em desenvolver as forças de produção em relação às outras possíveis, incluindo a

forma social já defasada. O resultado da guerra entre classes seria assim pré-determinado pelo conflito entre as forças de produção e as relações de produção. Se as relações de produção vigentes são aquelas mais apropriadas para as forças de produção atuais, então a substituição destas relações de produção por outras não será bem sucedida. Na *Ideologia Alemã* (1846), Marx afirma que uma revolução proletária não conseguiria estabelecer um regime comunista por um longo tempo se as forças de produção não estivessem desenvolvidas, de modo a serem compatíveis com a forma de produção comunista. E por outro lado, se já tiver surgido a possibilidade de uma relação de produção mais adequada às novas forças de produção, então aquela classe cuja forma de propriedade é a mais adequada para desenvolver as forças de produção acabará sendo vencedora no conflito entre classes e deste modo tomará o poder do estado, utilizando este para criar as condições para o desenvolvimento pleno de sua forma de propriedade. Marx afirma em *A Ideologia Alemã* que: “As condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser aplicadas são as condições de domínio de uma determinada classe dominante”. (MARX, 2007, p.97).

Mas por que razão aquela classe cuja forma de domínio é a mais eficiente no desenvolvimento ou no uso das forças de produção acaba prevalecendo na disputa pelo poder político e econômico da sociedade? Cohen não estabelece uma resposta para tal pergunta. Ao invés disto, o autor propõe uma outra justificativa para explicar a razão pela qual as relações de produção são substituídas por outras mais eficientes em desenvolver as forças de produção: a escolha racional.

Cohen propõe a seguinte pergunta: por que motivo, na história dos homens, haveria uma tendência para um desenvolvimento ininterrupto das forças de produção? Para o autor, isto se daria porque os homens sofrem de escassez material; a única maneira de superar essa escassez é gastando seu tempo e energia executando trabalho; porém, os homens são também seres racionais e inventivos; sendo assim, vão se dispor à desenvolver tecnologias e técnicas para superar a escassez material e precisar gastar o menos possível de energia e tempo com o trabalho. Por isto que haveria uma tendência subjacente à história de desenvolvimento do poder do homem sobre a natureza.

Porém, como reconhece Cohen, sem um desenvolvimento ulterior, esta tese se apresenta como incorreta. Há casos particulares em que de fato as forças de produção serão desenvolvidas em razão da busca por superação de escassez material e de diminuição do tempo de trabalho e dos gastos com energia para a execução de trabalho. Um camponês que trabalha com suas próprias ferramentas e de acordo com suas próprias finalidades pode realmente querer encontrar novas técnicas de trabalho ou inventar novos instrumentos para

diminuir o tempo e energia que precisa gastar para produzir os bens materiais de que precisa para sobreviver, ou mesmo para satisfazer aquelas necessidades que foram socialmente criados. Entretanto, esta não é necessariamente a regra geral.

Quando as inovações, técnicas e formas de cooperação do trabalho que aumentam as forças de produção são introduzidas pela classe dominante, dificilmente o são pelos motivos de escassez material ou para reduzir os encargos do trabalho. Os indivíduos da classe dominante, em razão de sua posição social mesma, dificilmente sofrem de escassez material, e formas de economia do trabalho não incidem diretamente neles, mas sim naqueles indivíduos cuja força de trabalho os primeiros controlam. As relações de produção capitalistas representam um exemplo de uma forma de organização social da produção em que os incrementos da produtividade não se dão em função de escassez material ou de libertação dos indivíduos do trabalho.

O objetivo do capitalista é expandir o valor de seu capital; quando investe este no comércio, na produção ou mesmo quando empresta seu dinheiro como capital rentista, seu objetivo é fazer com que o valor de seu capital seja acrescido. Sendo assim, se ocorre um progresso tecnológico da produção tendo em vista o interesse de algum capitalista, tal não acontece porque este capitalista ou qualquer da mesma espécie queira diminuir a escassez material ou diminuir a carga de trabalho e dispêndio de energia realizados no processo de trabalho, mas sim porque este desenvolvimento das forças produtivas contribui para que o valor de seu capital seja expandido.

Segundo Marx em *O Capital* (1867), para que um capitalista industrial expanda o valor de seu capital, ele precisa aumentar a taxa de exploração de seus trabalhadores. Este é o objetivo imediato do capitalista, e não aumentar as forças de produção da sociedade. Pode ele aumentar a taxa de exploração por meio do que Marx denomina de mais-valia absoluta: aumentando a jornada de trabalho ou a intensidade do trabalho de seus assalariados sem aumentar com isso o valor do salário pago aos mesmos. Assim, o capitalista industrial aumenta o valor agregado final de seu capital sem aumentar os custos da produção. Porém, este processo é limitado: por um lado, encontra limites nas conquistas políticas do proletariado, que historicamente se mobiliza para diminuir o tempo de jornada do trabalho; e por outro, encontra limites na condição física dos trabalhadores, que possuem restrições ao tempo diário de trabalho sem o esgotamento físico e mental. Marx descreve o método com que a classe capitalista como um todo procura expandir o valor de seu capital denominado de mais-valia absoluta como tendo sido o método generalizado durante o início da penetração do capital no processo produtivo. Com o crescimento da consciência de classe do proletariado, e

a consequente organização política do mesmo, os capitalistas tiveram de procurar um novo método de fazer expandir o valor de seu capital: a mais-valia relativa.

Para poder continuar expandido o valor de seu capital para além daqueles limites acima citados, os capitalistas procuram criar novas formas de cooperação social do trabalho e investir em novas tecnologias que diminuem o tempo de trabalho por mercadoria. Deste modo, podem produzir mais mercadorias em menos tempo que seus concorrentes, e assim, podem vender mais barato; com isto, podem de um lado obter um lucro maior, pois ainda que vendam suas mercadorias por um preço mais barato, em razão do aumento da produtividade, terão uma quantidade maior de mercadorias produzidas numa jornada diária de trabalho multiplicada pelo novo preço; e por outro, em razão da diminuição do preço dessas mercadorias, podem suplantam seus concorrentes. Este é o mecanismo que, segundo Marx, motiva os capitalistas a engendram novos métodos de produção e novas tecnologias.

Quando o aumento da produtividade abarca os ramos de produção que produzem para o consumo da classe trabalhadora, o valor da força de trabalho acaba diminuindo. Para Marx, o valor da força de trabalho é determinado pela soma de valores de todas as mercadorias de que o assalariado precisa. Com o aumento da produtividade nestes ramos, diminui o tempo de trabalho necessário materializado nestas mercadorias. Com esta diminuição, diminui o valor da força de trabalho. Isto quer dizer que o trabalhador precisa agora de uma fração menor de sua jornada de trabalho para criar um valor equivalente à sua força de trabalho. Isto permite ao capitalista diminuir a parte da jornada de trabalho que é paga a seus assalariados, e com isto, aumenta a parte da jornada de trabalho que não é paga, crescendo com isto a taxa de exploração e o lucro. A isto, Marx denomina de mais-valia relativa. A mais-valia relativa se baseia não no aumento da jornada de trabalho, mas na contração do tempo de trabalho necessário. Os capitalistas dos ramos de produção que produzem para o proletariado não têm em vista diminuir o tempo de trabalho necessário nos outros ramos. Suas motivações são pessoais, embora as consequências contribuam para a expansão do valor dos demais capitais.

O que motiva os capitalistas a desenvolver as forças de produção não é a superação da escassez - embora tal possa vir a ser uma consequência na medida em que a produção se expande -, e muito menos a diminuição das energias voltadas ao trabalho, haja vista que o aumento da produtividade não significa diminuição da jornada de trabalho, mas sim a expansão do valor de seu capital, principalmente por meio de vantagens na concorrência pelo mercado com outros capitalistas provenientes desse avanço da produtividade.

Vemos assim que o motivo pelo qual as classes dominantes selecionam tecnologias, técnicas e produção científica não está necessariamente ligado ao problema da escassez e aos fardos do trabalho. Porém, Cohen sabe disto. O autor então esclarece que não se propõe a explicar as razões que motivam as inovações da produção, mas sim as razões pelas quais os homens escolhem determinada relação de produção em detrimento de outras.

Ou seja, o problema da escassez material e dos gastos de energia e de tempo que os indivíduos têm que consumir para suprir esta escassez natural leva a que eles, por serem também racionais, prefiram aquelas relações de produção que melhor desenvolvem as forças de produção. Não é uma racionalidade que incide imediatamente nas forças de produção, mas sim uma escolha racional das próprias formas econômicas. Assim, segundo a teoria da escolha racional de Cohen, quando no seio de determinadas relações de produção surgem novas relações de produção mais eficazes em desenvolver as forças de produção que as primeiras, os homens fazem a escolha racional por substituírem aquelas relações de produção menos eficientes pelas mais eficientes.

Assim, temos uma razão geral subjacente à história que explica por que motivo as forças de produção tendem a se desenvolver ao longo de toda história: a escolha racional; e razões particulares que explicam porque as forças de produção se desenvolvem por meio de relações de produção particulares: cada classe dominante possui motivos próprios para incentivar o desenvolvimento das forças de produção. A razão geral difere das razões que explicam esse desenvolvimento em processos particulares precisamente porque a explicação geral diz respeito acerca da seleção feita pelos homens de suas relações de produção e não das escolhas feitas sobre tecnologias e processos de cooperação do trabalho. Estas últimas têm a ver com a racionalidade específica de uma classe dominante particular: posto a forma específica de produção que corresponde ao seu domínio de classe, a ela se apresentam motivos específicos para incentivar ou não o desenvolvimento das forças de produção. Cohen assim fundamenta o motivo da tendência ao progresso do controle do homem sobre a natureza em uma razão que independe das características particulares de cada relação de produção: é pela característica dos homens de serem seres racionais, e pelo fato considerado por Cohen como universal da relação do homem com seu meio consistir em uma relação de escassez material frente às necessidades humanas, que os homens preferem sempre aquelas relações de produção que promoverão o avanço de sua capacidade produtiva. Porém, os motivos particulares pelos quais os indivíduos promovem o desenvolvimento de suas forças de produção são, em geral, motivos sociais: é a racionalidade específica de classes dominantes particulares que promovem o incremento das técnicas e tecnologias tendo em

vista seu interesse de classe. Quando a racionalidade específica de uma classe dominante não promove mais o incremento das forças de produção, os homens vão preferir uma outra forma de organização social para continuar desenvolvendo aquelas forças de produção. Portanto, trata-se de uma escolha racional feita pelos homens daquela relação de produção que melhor contribui para que eles superem seu problema de escassez material.

Mas de que modo esta escolha racional se traduz na ação dos indivíduos para transformar a base econômica? Cohen estabelece que a guerra entre classes é o mecanismo social por meio do qual as relações de produção mais eficientes em desenvolver as forças de produção acabam prevalecendo sobre as demais. De que modo, portanto, a escolha racional explica o processo da luta entre classes, cujo resultado, segundo a interpretação de Cohen, será sempre determinado pela relação de eficiência entre as relações de produção factíveis e as forças de produção?

Em termos gerais, a motivação dos agentes da revolução, as classes, não é a de estabelecer uma forma de produção que melhor promova o desenvolvimento das forças de produção, mas sim de estabelecer-se como classe dominante. Ou seja, no processo social de revolução os homens não fazem uma seleção racional daquela relação de produção mais compatível com as forças de produção. As revoluções são realizadas a partir de interesses de classe, e não de prognósticos de quais serão as relações de produção mais eficientes para o progresso da técnica e da tecnologia. A teoria da escolha racional, tal como proposta por Cohen, não demonstra de que modo o fato de os homens poderem aumentar suas forças contra a escassez material se traduz em força política que garante que as relações de produção mais eficientes em promover o desenvolvimento das forças de produção acabará prevalecendo. Posto que as revoluções se dão segundo um jogo de interesse entre classes, e não segundo uma racionalidade universal progressista, o que garante que relações de produção defasadas necessariamente irão ser substituídas, ou em outros termos, que a classe dominante à qual corresponde uma relação de produção defasada não conseguirá usar o poder coercitivo e ideológico para continuar sendo a classe dirigente?

Além da dificuldade de se estabelecer uma justificativa para uma interpretação determinista-tecnológica do materialismo histórico que se fundamente nas motivações e ações dos indivíduos, e da dificuldade de se demonstrar por que razão aquela classe dominante cuja forma de propriedade que lhe corresponde é menos eficiente que outras factíveis não pode se perpetuar no poder por meio do aparato político e ideológico que controla, o determinismo-tecnológico leva também a outros problemas. Se aceitarmos a tese de que as forças de produção se desenvolvem continuamente e que com isto surgem relações de produção mais

eficientes e que devem prevalecer sobre as antigas em razão desta sua maior eficiência, como explicar a existência de relações de produção que existiram ao longo de muitos séculos e que não permitiram um amplo desenvolvimento das forças de produção?

CAPÍTULO 3 – CRÍTICA AO DETERMINISMO TECNOLÓGICO

3.1 Apresentação da crítica

Como exposto acima, a apresentação do materialismo histórico pelo *Prefácio* leva a uma interpretação determinista daquele: quando determinadas relações de produção entravam o desenvolvimento das forças de produção, aquelas acabam necessariamente sendo substituídas por outras relações de produção. Porém, a concepção determinista do materialismo histórico acarreta certas dificuldades empíricas e internas à teoria.

O materialismo histórico não é uma teoria construída empiricamente; porém, sua validade depende da constatação empírica de suas teses. Existiram sociedades cujas relações de produção persistiram intactas mesmo não promovendo um desenvolvimento das forças de produção. Tais sociedades foram do conhecimento de Marx, que denominou as mesmas sob o mesmo conceito de “modo de produção asiático”. De que modo, portanto, justificar a tese determinista proposta pelo *Prefácio* para sociedades que não demonstram o ímpeto para o avanço das forças de produção? Além deste problema relacionado à constatação empírica da teoria, a interpretação determinista do materialismo histórico sofre também de ineficiência quanto às suas justificativas internas: por que razão as relações de produção sempre irão se ajustar à sua forma mais eficiente quanto à capacidade de aumentar as forças produtivas materiais?

Se supusermos um tipo de transição de uma estrutura econômica para outra em que não há uma redistribuição de poder político e econômico, e isto somente parece possível se imaginarmos uma transição de uma forma econômica sem classes para outra forma econômica sem classes, então é fácil compreender que não existiriam forças políticas inibindo esta transição e deste modo seria possível justificar uma interpretação determinista do materialismo histórico. Imaginemos uma estrutura econômica em que não existam classes. O produto do trabalho é apropriado de maneira mais ou menos igual e os indivíduos desta sociedade possuem o mesmo poder de escolha quanto aos fins da produção. Imaginemos então que ocorram modificações na tecnologia, e a partir destas, surja nova divisão social do trabalho; e para esta, uma nova relação de produção que se mostra mais eficiente em desenvolver as forças de produção ou no uso das mesmas. Como em ambos os casos todos os

indivíduos ganham uma parte igual do produto do trabalho social e possuem o mesmo poder de deliberação dos fins da produção, a escolha mais racional a ser feita por todos é a daquela forma de produção que é mais eficiente em desenvolver as forças de produção. Aumentar a produção para um mesmo tempo de trabalho “x” ou diminuir o tempo que é preciso para produzir uma mesma quantidade de bens, nesta hipótese, é bom para todos os indivíduos. É assim racional os indivíduos escolherem aquelas relações de produção que se mostraram mais eficientes em desenvolver as forças de produção.

Mas não é o caso se esta sociedade é constituída por classes. Neste caso, aquela classe que domina as relações de produção e o estado vai perder o poder de controle dos recursos econômicos. Não é seu interesse de classe que haja uma revolução, ainda que esta beneficie largamente a sociedade por aumentar a capacidade desta de produzir. A classe dominante vai então usar a superestrutura para que não haja qualquer revolução. Sendo assim, a questão que se coloca à interpretação determinista do materialismo histórico é: qual a justificativa para a afirmação de que aquela classe cuja forma de domínio dos recursos econômicos é a mais eficiente em desenvolver as forças de produção acabará necessariamente prevalecendo sobre as demais como a classe dominante de sua época? Por que motivo uma classe dominante pouco motivada em promover avanços nas forças de produção não pode se perpetuar no poder utilizando-se dos meios políticos e ideológicos que tem à sua disposição? A resposta a estas questões envolve a compreensão das motivações das classes, pois são estas que agem para transformar as relações de produção ou conter estas transformações.

Porém, Marx não fornece, em suas explicações gerais do materialismo histórico, estas justificativas gerais. Como visto acima no *Prefácio*, Marx afirma que toda vez que determinadas relações de produção se tornarem ineficientes em desenvolver as forças de produção, elas devem ser substituídas por relações de produção que permitem continuar desenvolvendo a capacidade de produção dos homens. Como esta substituição não decorre de características particulares destas relações de produção, o motivo pelo qual ela se dá não pode também ser justificado pelas características particulares destas relações de produção, mas pelo contrário, deve antes ser a explicação subjacente dos mecanismos particulares por meio dos quais uma substituição específica se dá. Ou em outros termos: Marx fala que toda vez que for o caso de que determinadas relações de produção tenham se tornado ineficientes em desenvolver as forças de produção, elas serão substituídas por outras; portanto, deve haver um motivo pelo qual qualquer relação de produção que tenha se tornado ineficiente em desenvolver as forças de produção deva ser substituída por outras relações de produção. Sendo assim, a explicação deve valer para todos os casos, e não para alguns casos.

Cohen apresenta o problema, porém sua explicação se mostra insuficiente. A concepção da “escolha racional” do autor não explica de que modo a motivação dos indivíduos em superar a escassez material se traduz em uma força política invencível das classes subalternas para destruir as relações de produção que bloqueiam o avanço das forças de produção.

Tendo em vista estes problemas que uma interpretação determinista-tecnológica do materialismo histórico acarreta, este capítulo apresentará uma outra possível interpretação do materialismo histórico na qual se procura mostrar a importância das variáveis políticas de uma sociedade para se explicar a transição de uma estrutura econômica para outra.

Esta outra interpretação será apresentada a partir dos textos de Richard Miller, *Forças produtivas e forças de transformação: uma resenha de Karl Marx's Theory of History* (1981), e de Jon Elster, *Making sense of Marx* (1985). Ambos os autores apresentam uma interpretação alternativa do materialismo histórico segundo a qual as substituições de determinadas relações de produção por outras devem ser explicadas não apenas pela capacidade que as novas relações de produção possuem em aumentar a eficiência das forças de produção, mas também pela capacidade que as classes dominadas possuem de constituir uma força política forte o bastante para fazer frente à classe dominante, como também a incapacidade da última de se perpetuar no poder político e econômico da sociedade.

Entretanto, Richard Miller e Jon Elster divergem quanto à possibilidade de se interpretar o texto do *Prefácio* de acordo com uma compreensão diferente daquela do determinismo-tecnológico. Para Richard Miller, o *Prefácio* pode condizer com uma interpretação divergente do determinismo-tecnológico; para Jon Elster, a interpretação de Cohen do *Prefácio* está correta, porém defende que Marx raramente explica processos particulares de transição de uma estrutura econômica para outra de acordo com a teoria geral do *Prefácio*. Deste modo, Elster defende que Marx possui mais de uma teoria da história e que sua teoria geral não é utilizada em explicações de casos particulares.

3.2 A interpretação de Richard Miller

Richard Miller expõe sua crítica à interpretação de Cohen, como também sua interpretação alternativa ao materialismo histórico, na revista *The Philosophical Review*, vol 90 (1981), em artigo denominado de *Forças produtivas e forças de transformação: uma resenha de Karl Marx's Theory of History*.

Segundo este intérprete, se a teoria de Marx fosse caracterizada conforme a interpretação do determinismo tecnológico de Cohen, então o materialismo histórico seria um modelo explicativo fraco, pois não conseguiria explicar estruturas sociais pouco inventivas e resistentes à transformação, como as relações de produção que predominaram na Índia e China antiga. Além disto, embora a interpretação de Cohen da *Carta a Annenkov* e do *Prefácio* pareça condizer com tais textos, aceitar tal interpretação levaria a que tivéssemos que assumir haver uma diferença entre a teoria geral do materialismo histórico, tal como exposta nos textos de Marx citados acima, e suas explicações dos conflitos sociais específicos decorrentes da contradição entre relações de produção e forças de produção, nas quais, segundo Miller, Marx também atribuiria importância às variáveis políticas para explicar a característica de resistência à transformação da base econômica de algumas sociedades. Miller vai propor então uma outra interpretação do materialismo histórico, com a qual ele pretende demonstrar a capacidade explicativa desta teoria não apenas para as revoluções mas também para a característica de algumas sociedades em se manterem estáveis mesmo se mostrando ineficientes em desenvolver as forças de produção. Além disto, Miller pretende que sua interpretação se apresenta como conciliando a teoria geral de Marx, apresentada no *Prefácio*, e suas explicações particulares.

Miller chama sua interpretação de “interpretação do modo de produção”. Para Miller, modo de produção se refere a todos os elementos da estrutura social: as relações de produção e as forças de produção. Em sua interpretação, todos os elementos que constituem o conceito de modo de produção têm importância nas explicações das transformações estruturais; porém, a primazia explicativa de cada um destes elementos depende daquilo que se quer explicar: se é a característica de uma sociedade de ser resistente às transformações estruturais, ou se é a razão pela qual uma estrutura social se modifica. Se aquilo que se quer explicar é a estabilidade de uma sociedade, então a primazia explicativa é atribuída à estrutura econômica; se aquilo que se quer explicar é o dinamismo de uma sociedade, então a primazia explicativa

recai sobre a capacidade ou não das relações de produção atuais em desenvolver as forças de produção.

Miller concorda com Cohen que as transformações da estrutura social devem ser explicadas pela incapacidade das relações de produção atuais em promover o desenvolvimento das forças de produção e pela possibilidade efetiva de uma outra organização social promover tal desenvolvimento. O autor justifica esta explicação funcional a partir da mobilização e vontade dos agentes da transformação tendo em vista as expectativas geradas com a possibilidade de relações de produção mais inventivas:

Os membros típicos de uma classe subordinada querem melhorar seu bem-estar, seu poder e suas oportunidades, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos à classe dominante. Porém, como os entraves restringem o desenvolvimento das forças produtivas, eles limitam as possibilidades de aperfeiçoamento, no interior da antiga estrutura econômica, de uma classe subordinada, cujo status depende do desenvolvimento destas forças. (MILLER, 2010, p.99).

O surgimento de relações de produção factíveis mais inventivas cria uma “expectativa generalizada de um bem-estar maior”. Esta expectativa de um bem-estar maior faz com que os indivíduos das classes subordinadas se mobilizem para transformar a estrutura social tendo em vista a realização desta expectativa.

Porém, o autor discorda que isto é suficiente para explicar uma revolução. Determinadas relações de produção podem se conservar mesmo que não sejam a alternativa mais eficiente para o desenvolvimento das forças de produção. O grupo de indivíduos que têm o controle sobre a superestrutura pode usar este aparato político-ideológico para conservar a estrutura social à qual corresponde seu domínio de classe. O feudalismo se manteve por muito tempo como a relação de produção dominante apesar de ter uma classe dominante pouco afeita à inovação produtiva e opor-se a ela relações de produção factíveis mais inventivas. Segundo Miller, Sua conservação se deve à capacidade política da classe dominante em defender a estrutura social, além da incapacidade das classes dominadas em se organizar para fazer frente aos interesses da classe dominante. As condições materiais de existência de uma classe condicionam também as condições de organização política desta classe. No feudalismo, os produtores imediatos, aqueles que formam a classe subalterna, vivem em condições de isolamento uns dos outros; assim, suas condições materiais de existência prejudicam a união entre os indivíduos, como também o reconhecimento de iguais interesses e mesmo a constituição de uma consciência de classe. Sendo assim, a possibilidade

de aumentar o potencial da produção por meio de novas relações de produção é condição necessária, porém não suficiente para uma transformação estrutural da sociedade. É preciso também que certas condições políticas sejam satisfeitas para haver tal transformação.

Para Cohen, a ineficiência de uma relação de produção determinada em promover a expansão das forças de produção e o surgimento de outras relações de produção factíveis é condição necessária e suficiente para haver uma transformação estrutural da sociedade, pois ainda que para o autor uma revolução somente aconteça por meio de uma luta entre classes, com o surgimento de uma relação de produção mais inventiva em oposição a relações de produção atuais pouco inventivas, a guerra entre classes e o resultado desta favorável à organização social mais inventiva se mostram como inexoráveis. Para Miller, o surgimento de uma relação de produção mais inventiva é condição necessária para uma revolução, porém não é suficiente, pois a condição política para uma transformação estrutural da sociedade, a saber, a incapacidade da classe dominante em usar a superestrutura para preservar as relações de produção que correspondem ao seu domínio de classe, deve também ser satisfeita.

A “interpretação do modo de produção”, tal como caracterizada acima, não incorre nas deficiências do chamado determinismo tecnológico. Como essa interpretação se propõe a explicar não apenas o fenômeno da transformação da base econômica, mas também o da conservação da mesma naqueles casos em que uma revolução acarretaria um aumento na expectativa de vida da maior parte dos indivíduos de uma sociedade, ela é capaz de explicar a existência de relações de produção pouco inventivas por longos séculos. Além disto, a interpretação de Miller não afirma que é uma tese do materialismo histórico que a estrutura econômica será sempre ajustada de modo a permitir uma maior eficiência das forças de produção, tornando o materialismo histórico uma teoria mais plausível.

Porém, aqui se faz mister fazer o seguinte questionamento: é possível mesmo interpretar o Prefácio segundo esta interpretação proposta por Miller? A leitura do seguinte trecho do Prefácio, já citado anteriormente, leva a concluirmos que a interpretação de Miller não coincide com o texto do Prefácio: “(...)na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais”. (MARX, 2008, p. 47)

Se entendermos que determinadas relações de produção correspondem a uma etapa de desenvolvimento das forças de produção quando aquelas são a possibilidade mais eficiente no uso e no incentivo ao desenvolvimento das forças de produção atuais, e posto que as relações de produção que correspondem às forças de produção são sempre necessárias, disto

se segue que a interpretação determinista do *Prefácio* efetuada por Cohen segundo a qual as relações de produção mais eficientes em desenvolver as forças de produção acabam se estabelecendo necessariamente está correta.

Deste modo, a interpretação do modo de produção de Miller só pode ser aceita se assumirmos que Marx possui duas teorias distintas da história: a teoria geral, que é exposta no *Prefácio*, na *Carta a Annenkov*, e em outros textos, e explicações de casos particulares de transformação da estrutura econômica, que diferem da teoria geral. Esta distinção feita entre a explicação geral e as explicações de casos particulares é defendida por Jon Elster.

3.3 A interpretação de Jon Elster

Jon Elster expõe sua interpretação do materialismo histórico no livro *Making Sense of Marx* (1985).

O intérprete constrói fortes críticas ao materialismo histórico. A primeira delas diz respeito à constatação de que Marx se utiliza de três explicações diferentes que não convergem entre si, a saber, a explicação da estagnação, a explicação da sub-otimização e a explicação da limitação de uso.

A contraposição entre a explicação da estagnação e a explicação da sub-otimização já fora tratada aqui, porém sobre outro nome: a contraposição entre a interpretação da estagnação absoluta e a estagnação relativa. Assim como Cohen, Jon Elster defende que uma leitura literal do *Prefácio* levaria a uma interpretação de que uma relação de produção precisa ser substituída quando exauriu todo o potencial contido nela para desenvolver as forças de produção; porém, esta tese seria um absurdo: por um lado pela constatação empírica de grandes transformações estruturais da sociedade, que não coincide com esta tese; por outro, porque o próprio Marx, em suas explicações de processos de transformação particulares, não se utiliza desta tese, mas sim da tese da estagnação relativa, segundo a qual uma relação de produção torna-se ineficiente porque bloqueia o avanço de outra relação de produção que se mostra mais eficiente em desenvolver as forças de produção. Com isto, Elster concorda com a interpretação determinista de Cohen acerca do *Prefácio*.

Ambas as explicações denominadas por Elster de explicação da estagnação e explicação da sub-otimização possuem em comum o fato de que suas justificativas para as transformações ocorridas na estrutura econômica são concernentes à possibilidade de aumento da eficiência das forças de produção, ou em outros termos, do aumento da

capacidade de produção. Em contraposição a este modelo de eficiência, Elster sustenta que Marx possui também uma explicação segundo a qual a transformação da base econômica se daria em razão da possibilidade de um melhor uso das forças de produção desenvolvidas segundo fins normativos. Porém, esta última explicação se daria apenas num caso de transição específico, a saber, do capitalismo para o comunismo. Não é pretensão deste trabalho analisar amiúde este caso específico, porém sua apresentação se faz importante para uma compreensão mais precisa do materialismo histórico, tendo em vista sobretudo que a maior parte das justificativas de Marx sobre a motivação e ação dos agentes históricos se dá nesta transição específica. O materialismo histórico é uma teoria funcional que precisa ser justificada por meio de micro-fundamentos, isto é, é preciso tentar compreender de que modo a teoria de que as relações de produção se ajustam à sua forma produtiva mais eficiente se realiza a partir da ação e motivação dos agentes históricos. A contraposição entre a explicação do materialismo histórico segundo ajuste das relações de produção à sua maior eficiência produtiva e a explicação do processo histórico segundo critérios normativos se trata da contraposição entre duas teorias funcionais.

A teoria geral proposta no *Prefácio* afirma que as relações de produção se sucedem conforme aumentam a capacidade de desenvolver as forças de produção. Um caso específico desta teoria geral é a exposição de Marx da dissolução das pequenas unidades produtivas concernentes ao modo de produção feudal, e a substituição das mesmas pelas relações de produção capitalistas (*O Capital*, 1867). No modo de produção feudal, além das relações de produção na qual participavam os senhores e os servos, havia também, no campo, a pequena propriedade camponesa, e na cidade, as corporações de ofício. A pequena propriedade camponesa representava dispersão do trabalho social, pois a produção se baseava no trabalho de pequenos lotes de terra efetuado por poucos indivíduos. O mesmo se podia dizer das corporações de ofício que se caracterizavam por uma relação patriarcal entre o mestre e alguns poucos aprendizes. As relações de produção capitalistas, ao contrário das anteriores, em razão de sua natureza própria de ter como finalidade da produção a expansão do valor, desenvolvem a cooperação social do trabalho em escala ampla. Desenvolvem formas de cooperação social do trabalho e especialização das funções dentro da atividade produtiva, o que acarreta um aumento das forças de produção. Antes da penetração do capital no processo de produção, era comum haver artesãos que produziam eles próprios a mercadoria em sua totalidade; com o ingresso do capitalismo na indústria, e sua primeira forma denominada de mais-valia absoluta, em que o capital ainda não modifica a base tecnológica dos processos de produção anteriores, os artesãos deixam de produzir a mercadoria em sua totalidade e são

submetidos a uma forma de cooperação do trabalho em que cada trabalhador se especializa em produzir um componente da mercadoria, o que aumenta a capacidade da produção. Além disto, a pequena propriedade camponesa e as corporações de ofício, em razão das finalidades inerentes a estas relações de produção que dizem respeito simplesmente à reprodução das condições materiais de existência dos agentes econômicos envolvidos, possuem pouca capacidade de capitalização e investimento em melhorias técnicas do processo produtivo. As relações de produção capitalista, ao contrário, possuem como finalidade a expansão do valor. Disto decorre dois conceitos importantes na terminologia marxista: a acumulação e a concentração. A acumulação diz respeito ao uso do lucro proveniente da mais-valia para expansão do capital. Um capitalista pode usar a mais-valia obtida no processo de produção como renda própria, gastando tal valor consigo mesmo e sua família, ou pode usá-la para reinvestir no processo de produção. No segundo caso, temos um aumento do valor de seu capital. O processo por meio do qual o valor do capital é ampliado Marx denomina de acumulação. A concentração de capital diz respeito às consequências da disputa dos capitalistas entre si, das quais decorre que alguns capitalistas acabam levando outros à bancarrota, e com isto, podem adquirir seu capital. Isto é, trata-se do processo por meio do qual uma conjuntura inicial em que temos muitos capitalistas com capital pequeno ou médio vai transmutando-se em uma conjuntura em que temos poucos capitalistas controlando grandes quantidades de capital. O processo de acumulação e de concentração exibem o caráter expansionista do capital de aumentar a capacidade de investimento. Este aumento de capacidade de investimento do capital permite ao mesmo promover um avanço da tecnologia, da ciência, em outras palavras, do potencial humano de controlar a natureza, que as corporações de ofício e a pequena agricultura camponesa não permitiam.

Temos assim que o surgimento das relações de produção capitalista permitem um potencial de expansão das forças de produção em relação às corporações de ofício e a pequena agricultura camponesa. Tendo em vista isto, segundo a teoria funcional da eficiência econômica, estas últimas precisavam ser aniquiladas para que as primeiras predominassem.

A interpretação do materialismo histórico da limitação do uso, que podemos denominar também de interpretação normativa do materialismo histórico, sustenta que a explicação funcional de Marx para a substituição do capitalismo para o comunismo não se dá porque o comunismo é mais eficiente em desenvolver as forças de produção como no exemplo exposto no parágrafo anterior, mas porque esta relação de produção permite usar as forças de produção desenvolvidas pelo capitalismo para criar condições de vida mais dignas e condizentes com uma natureza humana universal. Há muitas características que Marx

considera como essenciais para uma vida humana plena que seriam realizadas apenas pelo comunismo, como a realização da liberdade humana por meio da participação dos produtores imediatos nas deliberações acerca das finalidades da produção, que somente seria possível por meio do controle coletivo da comunidade dos meios de produção e a convergência entre os interesses dos indivíduos e da comunidade, que também teria como condição a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Na produção teórica mais desenvolvida de Marx, o autor se foca em uma dessas características essenciais para a realização humana: o desenvolvimento livre e pleno de cada indivíduo. Para o autor, uma vida humana plena depende de o indivíduo envolver-se em atividades cujo fim não é a produção de um objeto mas o desenvolvimento mesmo de suas potencialidades. Marx atribuía um grande valor às atividades artísticas e científicas, concebendo as mesmas como meios de realização dos homens. O capitalismo, ao desenvolver as forças de produção, criaria as condições materiais para que os indivíduos pudessem dispor de mais tempo para envolver-se em atividades criativas e cujos fins seriam o desenvolvimento de suas próprias potencialidades. O comunismo seria necessário tendo em vista que suas características permitiriam a realização das possibilidades criadas por meio do desenvolvimento da ciência e tecnologia que as relações de produção capitalistas proporcionam.

A segunda crítica de Elster diz respeito à falta de justificativas de Marx para sua teoria geral tal como exposta no *Prefácio*. Como visto anteriormente, é em razão desta falta de justificativa que Cohen propõe a tese da escolha racional. Elster analisa as explicações de Marx da substituição do conjunto de relações de produção pertinentes ao modo de produção feudal para as relações de produção capitalistas, não encontrando nas mesmas justificativas para as explicações funcionais da teoria do ajustamento das relações de produção segundo maior eficiência produtiva.

O principal texto em que Marx expõe as transformações econômicas que levaram à substituição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista é o capítulo “A acumulação primitiva”, de *O Capital* (1867). Neste texto, Marx descreve como foram constituídas as condições para a formação do capital na indústria na Inglaterra, que são a formação de uma acumulação de capital anterior à produção, obtida por meio do comércio e da usura, e a disponibilidade de força de trabalho “livre”, desvinculada de outras formas de propriedade .

Embora Marx descreva a importância de forças políticas para o processo de criação das melhores condições para que o capital adentre ao processo de produção, a motivação dos indivíduos neste processo é sobretudo econômica. Em seu início, as relações feudais se

estabeleceram a partir de forças de produção tão baixas, que as unidades produtivas produziam apenas para a reprodução dos próprios agentes econômicos envolvidos, fossem eles os produtores imediatos ou a classe dominante. Elas eram assim auto-suficientes, e o comércio era ínfimo. O desenvolvimento das forças de produção permitiu que grande parte do produto do trabalho já não fosse dedicado à produção de bens para o consumo imediato dos agentes que dele faziam parte, mas sim para o mercado. Isto significa que havia um excedente maior; tanto maior o excedente, isto é, a quantidade de bens produzidos por uma unidade produtiva que estão acima das necessidades dos agentes envolvidos na produção destes bens, e que por isto, podem destinar estes bens à troca, e tanto maior é o desenvolvimento das forças de produção. O próprio fato de terem florescidos cidades vinculadas a atividades comerciais e corporações de ofício é consequência do fato de se terem sido desenvolvidas as forças de produção; tanto mais estas estão desenvolvidas, e tanto menor o número de indivíduos que precisam trabalhar no campo para suprir as carências materiais mais imediatas. Se a produção agrícola não tivesse se desenvolvido em termos de produtividades, não haveria força de trabalho disponível para trabalhar no comércio ou corporações de ofício, pois os indivíduos envolvidos nestas atividades teriam de estar produzindo seus próprios víveres.

Com o estabelecimento do mercado, de um meio universal de troca, de um sistema monetário, e com um desenvolvimento ainda maior das forças de produção, as unidades produtivas passaram a produzir a maior parte de sua produção para a troca. Posto isto, a estrutura das relações mercantis, em que cada indivíduo vai procurar obter o máximo possível de produtos por meio de trocas com aqueles produzidos por ele próprio, vai beneficiar as unidades de produção com maior produtividade, que por isto podem vender suas mercadorias por um preço menor. Seria assim uma consequência natural e necessária que muitos produtores perdessem a capacidade de produzir por terem se tornado ineficazes em acompanhar a competitividade do mercado, e assim, se tornassem força de trabalho disponível, permitindo assim outro tipo de relação de produção, entre capital e assalariado. Porém, se este processo não tivesse sido acelerado por forças extra-econômicas, seu progresso seria assaz lento. No campo, boa parte dos camponeses ainda eram auto-subsistentes, e na cidade, as corporações de ofício possuíam regras que regulavam os preços das mercadorias disponíveis. A principal medida política tomada para criar as condições para a produção capitalista foram os “enclosures”.

O capital acumulado por meio de usura e comércio era impedido de ser investido na indústria ou na agricultura, em razão de: 1) monopólio da terra pelos senhores feudais; e 2) monopólio da força de trabalho na cidade pelas corporações de ofício.

É necessário supor esta acumulação inicial, pois ela é condição para o investimento na produção capitalista. Sem uma acumulação inicial não pode haver indústria, portanto, é preciso uma acumulação que é anterior à produção. Mas de onde vem esta acumulação? Segundo Marx, alguns artesãos e mestres de ofício conseguiram juntar um pequeno excedente e tornaram-se capitalistas, mas estes são casos raros. A maior parte da acumulação primitiva se dá por meio de investimentos fora da produção: juros e comércio.

Temos assim um impasse: de um lado, um capital acumulado que permite um investimento maior na produção, potencial para um maior desenvolvimento das forças de produção; de outro, o monopólio da terra e da força de trabalho ligada à mesma, pelos *landlords*, e da força de trabalho citadina, pelas corporações de ofício, que não permitia que o capital passasse a comandar a produção no campo e na cidade pois não havia força de trabalho disponível.

Esse impasse é resolvido pelos *enclosures*. Este foi um mecanismo particulares da Inglaterra. Com o florescimento da manufatura de linho, aumentou exponencialmente a demanda por lã; interessados no lucro decorrente desta demanda, os *landlords* expulsaram os camponeses – que estavam na última fase da periodização feudal: vendiam o produto do excedente de seu trabalho e pagavam tal valor aos *landlords*, última forma da exploração feudal. As lavouras foram substituídas por pastagem de ovelhas.

Os camponeses expulsos de suas terras formaram uma grossa massa concentrada nos centros urbanos. Foram gradativamente sendo absorvidos por novas manufaturas, agora originadas dos investimentos de capitais. Deste modo, os “*enclosures*” possibilitaram a disposição de força de trabalho nas cidades, que antes era monopólio quase que exclusivo das corporações de ofício. A partir de então, aquele capital primitivo, fruto da usura e do comércio, passou a ser investido na produção.

As manufaturas capitalistas possuíam maiores condições monetárias de investimento e maiores motivações para tal, haja vista que sua finalidade era o lucro e não mais a mera auto-reprodução dos indivíduos, como é o caso das corporações de ofício. Assim, primeiramente pela combinação de novas formas de cooperação de trabalho e aumento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta), e depois pelo incremento tecnológico da produção (mais-valia relativa), as manufaturas capitalistas passaram a produzir mercadorias mais baratas que as corporações; deste modo, por meio da concorrência, as corporações e artesãos

independentes acabaram falindo e a força de trabalho que antes era realizada nestas formas de produção foi absorvida pela manufatura capitalista, fazendo com que as relações de produção capitalistas se tornassem dominantes na indústria urbana.

Sendo assim, as causas imanentes e econômicas que levam à substituição das relações de produção pré-capitalistas pelas capitalistas se devem à busca dos indivíduos pela maximização de vantagens nas suas relações de troca. Portanto, não há uma busca coletiva por aquelas relações de produção mais capazes de desenvolver as forças de produção. É assim casual que o resultado das escolhas individuais seja o de um aumento da produtividade social. É um mecanismo próprio da estrutura de mercado proporcionado pelo desenvolvimento das forças de produção que se deu no seio da sociedade feudal. Não é necessário que a busca dos indivíduos ou grupos sociais por maximização de vantagens pessoais leve a que se estabeleçam relações de produção mais eficientes em desenvolver as forças de produção; é o caso para a substituição das relações de produção feudais pelas capitalistas, mas não é necessário que seja sempre o caso.

Como visto anteriormente em Cohen, é preciso uma razão universal para que os homens substituam aquelas relações de produção menos eficientes em desenvolver as forças de produção por outras mais eficientes. Como o materialismo histórico segundo a interpretação determinista sugere que esta substituição sempre deve ocorrer num contexto em que a mesma irá produzir um aumento na capacidade de produção, então a razão também deve ser universal. Porém, como visto acima, nas explicações econômicas da transição do feudalismo para o capitalismo, Marx não sugere nenhuma razão universal da qual esta transição particular seria apenas um caso específico.

Para Elster, portanto, Marx não concebe esta justificativa pela qual relações de produção menos eficientes seriam substituídas por outras factíveis mais eficientes.

Por fim, Elster sustenta que a teoria geral do *Prefácio* e as explicações de Marx de processos particulares de transformação de uma estrutura econômica em outra não coincidem. Para mostrar tal, Elster se utiliza da explicação da transição do feudalismo para o capitalismo, como mostrada acima, e das explicações de Marx sobre modificações ocorridas em formações pré-capitalistas, nos

Grundrisse (1858). No primeiro caso, ainda que a transição do feudalismo para o capitalismo tenha significado a substituição de uma relação de produção menos eficiente em desenvolver as forças de produção por outra mais eficiente, ainda assim esta substituição não se deu tendo em vista o aumento de eficiência das forças de produção, sendo casual que este tenha sido o resultado desta transição. Nos *Grundrisse*, no capítulo denominado de

“Formações econômicas pré-capitalistas”, Marx explica a dissolução da relação de produção comunista-primitiva de alguns povos a partir do aumento populacional: o produtor imediato naquela forma econômica era proprietário da terra na qual trabalhava, e com o aumento populacional, a reprodução desta condição material de existência somente era possível com a conquista de novas terras. A conquista de novas terras leva à guerra, e está, por sua vez, à escravidão dos prisioneiros de guerra. Porém, a escravidão por si mesma já constitui uma dissolução das relações de produção comunista-primitivas. A causa primeira da transformação da base econômica aqui, portanto, não é o desenvolvimento das forças de produção, mas aumento da população.

Ainda em seu *Making sense of Marx* (1985), Elster propõe uma reflexão que contribui com elementos por meio dos quais é possível reinterpretar o materialismo histórico de uma maneira divergente do determinismo tecnológico. A transição específica analisada por Elster que permite repensar o materialismo histórico é a transição do capitalismo para o comunismo; aquela classe à qual corresponde a tomada do poder econômico e político com a transição ao comunismo é o proletariado.

Elster propõe que para se entender as possibilidades para a realização do comunismo não se deve analisar apenas a correspondência entre esta relação de produção com as forças de produção, mas também as condições políticas para a tomada do poder pelo proletariado. Às primeiras, Elster dá o nome de condições objetivas; às segundas, de condições subjetivas.

Por este modelo proposto por Elster, as condições subjetivas não estão condicionadas às objetivas. Para Cohen, que procura conciliar as afirmações políticas de Marx com sua teoria geral proposta no *Prefácio*, as condições subjetivas ou políticas para que uma classe tome o poder político e econômico de uma sociedade são condicionadas pelas condições objetivas: quando existem relações de produção factíveis mais eficientes para desenvolver as forças de produção que aquelas que predominam atualmente, então as primeiras acabam prevalecendo; mas como cada relação de produção diferente corresponde ao domínio de uma classe diferente, a substituição de determinadas relações de produção por outras leva a um conflito de interesses entre duas classes dominantes pelo poder político e econômico da sociedade. O que Cohen não consegue justificar é a razão pela qual o resultado do conflito entre classes já está pré-determinado: aquela classe cuja forma de domínio econômico é a mais eficiente em desenvolver as forças de produção acaba vencendo a guerra entre classes. Deste modo, seguindo a terminologia proposta por Jon Elster, para Cohen, as condições objetivas para o domínio de uma classe condicionam as condições subjetivas: se as primeiras estão satisfeitas, então também estarão as segundas.

Para o modelo de Elster, as condições objetivas e subjetivas precisam ser satisfeitas sem que a satisfação de um dos dois conjuntos condicione a satisfação ou não do segundo conjunto. Assim, Elster concorda com Richard Miller que a teoria de Marx estabelece condições que devem ser satisfeitas para uma revolução que independem das forças de produção. Mas discorda de Miller que o *Prefácio* pode ser lido de uma maneira divergente do determinismo tecnológico.

A próxima seção deste capítulo será dedicada a analisar a possibilidade desta interpretação a partir dos textos do próprio Marx.

3.4 Os elementos políticos das explicações do materialismo histórico

As condições objetivas segundo terminologia de Elster tratam da correspondência entre relações de produção e forças de produção. Segundo o *Prefácio*, esta correspondência se dá quando determinadas relações de produção que são aquelas que mostram maior eficiência em desenvolver as forças de produção se estabelecem como predominantes. Esta tese encontra-se presente em explicações de Marx sobre processos particulares. No capítulo em que o autor analisa a acumulação primitiva no primeiro volume do *Capital* (1867), ele afirma que as relações de produção baseadas na pequena propriedade camponesa e nas corporações de ofício se tornam entraves para “o livre desenvolvimento das forças produtivas da sociedade” (MARX, 2004, p. 875), e por isto, precisaram ser aniquiladas. É certo com isto que a tese de que para que uma classe tome o poder hegemônico da sociedade, a forma de apropriação dos meios de produção correspondente ao domínio desta classe deve corresponder ao nível de desenvolvimento das forças de produção, condiz não apenas ao texto do *prefácio*, mas está presente em explicações de Marx em outros textos. Na *Ideologia Alemã*, Marx afirma que:“(...) as condições em que podem ser empregadas determinadas forças de produção são as condições de dominação de uma determinada classe da sociedade (...)”. (MARX, 2007, p.97)

O capitalismo se mostrou uma relação de produção mais eficiente do ponto de vista da produtividade que o feudalismo. Porém, esta sua eficiência somente é possível se se pressupor um desenvolvimento já realizado das forças de produção. O capitalismo supõe relações de troca de excedente. Estas, por sua vez, somente são possíveis com um desenvolvimento amplo das forças de produção. Se estas últimas se encontram em um nível

tão baixo de seu desenvolvimento que os produtores imediatos não conseguem produzir bens que excedam suas necessidades, então estes produtores imediatos irão consumir todos os bens que produziram, não havendo assim mercado. As relações de troca só podem existir se os produtores imediatos produzem bens que excedem suas necessidades, de modo que podem trocar aqueles valores-de-uso de que não precisam por valores-de-uso produzidos por outros indivíduos e que também excedem as necessidades destes. Com um desenvolvimento ainda mais amplo das forças de produção, os produtores passam a produzir já tendo em vista a comercialização total do produto de seu trabalho: é nesta condição social, que supõe alto desenvolvimento das forças de produção, que o capital pode existir. Sendo assim, o capitalismo somente pode existir tendo em vista determinadas condições objetivas, que são um nível de desenvolvimento das forças de produção que permita aos indivíduos produzirem tendo em vista a comercialização daquilo que produziram, e não o consumo imediato pelos mesmos do produto de seu trabalho.

Na *Ideologia Alemã*, Marx afirma que o controle do proletariado dos meios de produção supõe um desenvolvimento amplo das forças de produção, pois do contrário, sua revolução e a constituição de uma sociedade comunista será um fenômeno efêmero: com baixo desenvolvimento das forças de produção, a configuração comunista de uma sociedade se dissolveria, pois os indivíduos, posto o baixo desenvolvimento das forças de produção e a escassez material decorrente disto, entrariam em um conflito entre si pelo indispensável.

No argumento de Marx sobre as condições para a revolução do proletariado, encontra-se presente não apenas a possibilidade desta revolução em razão de que as relações de produção que o proletariado pode propor corresponderem às forças de produção desenvolvidas pelo capitalismo, mas também em razão de que o capitalismo passa a se mostrar ineficiente na utilização das forças de produção criadas por ele mesmo:

(...) a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou. Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção. (...) As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas. (MARX, 2007 , p.45).

A consequência deste “choque” entre as relações de produção burguesas e as forças de produção, segundo Marx, seriam crises de superprodução e destruição de mercadorias e

forças de produção criadas. Estes seriam os sintomas de que as relações de produção capitalistas não mais corresponderiam às forças de produção criadas por elas mesmas.

A própria obra *O Capital*, que é sem dúvida o principal texto de Marx, procura demonstrar que as relações de produção capitalista tornam-se obsoletas frente às forças de produção criadas por elas mesmas. Segundo a teoria econômica de Marx, com o desenvolvimento das forças de produção haveria uma tendência para a diminuição da taxa de lucro das unidades produtivas capitalistas. Porém, a taxa de lucro é o fim último pelo qual um capital é investido. Com a tendência à diminuição da taxa de lucro, consequência do aumento do gasto do valor do capital com máquinas e instrumentos em proporção ao valor gasto com força de trabalho, haveria uma diminuição do investimento na produção, e as forças de produção assim acabariam estagnadas.

Temos assim que é certo que Marx estabelece não apenas no *Prefácio* que para o estabelecimento de determinadas relações de produção é necessário que determinadas condições objetivas sejam satisfeitas, a saber, que estas relações de produção proporcionem um uso eficiente das forças de produção, assim como permitam seu desenvolvimento.

As exposições de Marx das condições para a revolução proletária parecem deixar claro que o autor não limita as explicações à satisfação das condições objetivas para o estabelecimento de determinadas relações de produção.

A primeira condição subjetiva que precisa ser satisfeita para que uma classe possa estabelecer sua forma de propriedade dos meios de produção é, obviamente, que os indivíduos pertencentes a esta classe tenham consciência desta sua condição comum e reconheçam que compartilham entre si mesmos interesses de classe, de modo a permitir que encontrem razões suficientes para formarem uma força política. Pois do contrário, como poderiam tornar-se uma classe revolucionária? E sem esta última condição, como poderiam apropriar-se dos meios de produção e do estado?

Os servos na idade média eram incapazes de formar uma força política de classe pois sua condição material de existência, que implicava em um isolamento dos produtores imediatos entre si, dificultava o reconhecimento destes indivíduos de pertencerem a um mesmo grupo social como também de compartilharem interesses comuns em oposição aos interesses de outras classes. Jon Elster (1985) propõe que os escravos no mundo antigo eram incapazes de constituir uma força política de classe em razão de provirem de culturas diferentes, dificultando a comunicação e constituição de uma identidade comum.

Parte da explicação de Marx das condições que possibilitam o comunismo trata-se justamente do processo de tomada de consciência dos proletários de pertencerem a uma mesma classe. No *Manifesto Comunista*, o autor propõe que a própria burguesia desenvolve as condições para que os proletários tomem consciência de seu pertencimento a um mesmo grupo social. Isto se deve a que, por meio do desenvolvimento da grande indústria, ocorre uma concentração de trabalhadores em poucas unidades produtivas, ao contrário do trabalho efetuado no campo durante o modo de produção feudal que se caracteriza como sendo disperso. Esta concentração dos trabalhadores em espaços menores facilita a comunicação e identificação dos indivíduos entre si de pertencerem a um mesmo grupo social, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência de classe. Além disto, o desenvolvimento da indústria do século XIX aumentava a demanda por trabalho de baixa qualificação, criando uma massa crescente de proletários exercendo funções que não exigiam qualquer complexidade e mal remunerados. Esta constituição de iguais condições materiais de existência favorecia também a identificação dos indivíduos de pertencimento a uma mesma classe. Este argumento encontra-se presente no *Manifesto Comunista*:

(...) com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire consciência dela. Os interesses, as condições de existência do proletariado se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. (MARX, 2007, p. 47).

O desenvolvimento da consciência de classe pode ser obscurecido pela ideologia de uma época. O conceito de ideologia trata das crenças compartilhadas pelos indivíduos de uma sociedade que legitimam determinadas relações de produção. Deste modo, a ideologia é uma das armas políticas que uma determinada classe dominante tem ao seu dispor para tentar perpetuar sua condição de classe dominante. Na *Ideologia Alemã*, temos a seguinte afirmação:

As ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época, quer dizer, a classe que exerce o poder objetivo dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe ao mesmo tempo, com isso, dos meios para a produção espiritual (...). As ideias materiais dominantes não são outra coisa a não ser a expressão ideal das relações materiais dominantes (...). (MARX, 2007, p.71).

Durante o modo de produção feudal, a classe dominante procurava legitimar sua relação de domínio por meio de justificativas religiosas e os principais meios materiais de reprodução desta concepção eram as igrejas. Christopher Hill em seu *A revolução Inglesa de 1640* (1965) afirma que a luta entre classes na Inglaterra que resultou na chamada revolução gloriosa aparentou ser uma guerra motivada por crenças religiosas precisamente porque o controle das instituições religiosas tinham um significado decisivo na propagação de crenças que pudessem legitimar ou deslegitimar as relações entre classes daquela época. Durante o período em que Marx vivera, o principal veículo por meio do qual a burguesia estabelecia as crenças que legitimavam seu sistema de domínio era a imprensa.

No *Manifesto Comunista*, Marx estabelece outra condição para que uma classe possa se colocar como força política que é sua capacidade de organização. Como dito acima, a dispersão dos produtores imediatos durante o modo de produção feudal dificultava também sua capacidade de organização. Com o desenvolvimento do capitalismo, os trabalhadores se concentram em centros urbanos, os meios de comunicação e transporte se desenvolvem, e com isso, aumenta a capacidade de organização da classe trabalhadora e a possibilidade de ela constituir uma força política suficientemente grande para ameaçar a ordem social existente. Além disto, em razão de a burguesia necessitar de alianças com o proletariado para derrubar o poder dos senhores feudais, ela acaba proporcionando ao proletariado uma consciência política.

Também uma classe social que aspira tornar-se a classe dominante em uma época precisa obter legitimidade de seus interesses frente a outras classes dominadas. Na *Ideologia Alemã* (p;73), Marx explica que o triunfo da burguesia sobre a aristocracia dependeu de a primeira formar alianças com o proletariado, e para isto, precisou apresentar seus interesses de classe como conciliando-se com os interesses das camadas populares. Temos assim outro elemento constituinte das condições subjetivas para que uma classe tome o poder hegemônico de uma sociedade: sua capacidade de constituir alianças com outras classes, de modo a aumentar sua força política para fazer frente à classe dominante atual.

Alianças entre classes muitas vezes se dão em razão de motivações ideológicas. Porém, na aliança feita entre a burguesia e as camadas populares do modo de produção feudal, entre elas um proletariado ainda incipiente, Marx descreve que os interesses econômicos destas últimas e da burguesia realmente podiam coincidir haja vista que o estabelecimento do modo de produção burguês poderia permitir que um número extensivo de indivíduos das camadas populares fosse elevado acima de sua classe, o que não seria possível no regime estático feudal. Podemos a partir desta concepção de alianças entre classes

compreender porque razão devemos esperar que exista uma tendência de as relações de produção mais capazes de utilizar de modo mais eficiente e de desenvolver as forças de produção se estabelecerem como as dominantes. Aquela classe cujo regime de propriedade proporciona uma capacidade maior de produção de riquezas pode também apresentar para o restante das classes subalternas um projeto de formação econômica que possibilite aumentar a expectativa de melhorias materiais de vida. E esta expectativa por sua vez pode proporcionar uma capacidade de formar alianças entre estas classes para derrubar um regime de produção menos eficiente.

Em sua exposição da constituição do proletariado como força política, Marx não descreve a aliança desta classe com outras classes presentes no modo de produção capitalista; ao invés disto, o que Marx descreve neste caso é a mudança de indivíduos das demais classes ao proletariado, concebendo assim uma tendência desta classe em abarcar a grande maioria dos indivíduos da sociedade moderna. No *Manifesto Comunista*: As camadas inferiores da classe média de outrora, os pequenos industriais, pequenos comerciantes, os que vivem de renda, artesãos e camponeses, caem nas fileiras do proletariado; uns porque seu pequeno capital não permite empregar os processos da grande indústria e sucumbem na concorrência com os grandes capitalistas; outros porque sua habilidade pessoal é depreciada pelos novos métodos de produção. Assim, o proletariado é recrutado em todas as classes da população. (MARX, 2007, p.47).

Além destes grupos sociais, Marx acrescenta também, no *Capital*, a ingressão ao proletariado de indivíduos antes pertencentes à classe burguesa que viram falir seus negócios – o que é um dos fenômenos correspondentes à concentração de capital.

Vemos assim que é um importante elemento das condições subjetivas para uma transformação da estrutura econômica a identificação do interesse comum entre uma fração ampla da sociedade de indivíduos em levar adiante uma revolução, seja por meio de alianças entre classes, seja na identificação deste interesse entre indivíduos de uma mesma classe.

Por fim, é preciso que as classes subalternas que podem levar adiante uma revolução possuam motivações suficientes para tal. Como afirma Elster (1985), uma revolução envolve sacrifícios e o resultado sempre é incerto. Para que os indivíduos pertencentes a uma classe subalterna de uma sociedade realmente queiram pagar os custos de uma revolução, devem ter razões realmente fortes.

Na *Ideologia Alemã*, Marx estabelece como condição para a aniquilação das características alienantes da sociedade moderna que a alienação: “(...) engendre uma massa da humanidade como absolutamente sem posses e, ao mesmo tempo, em contradição com um mundo de riquezas e de educação existente” (MARX, 2008, p. 58).

Temos assim que a motivação do proletariado descrita por Marx no trecho acima para levar adiante uma revolução relaciona-se não apenas com a miséria material que a classe se encontra, mas também com a expectativa criada pelas forças de produção desenvolvidas pelo capitalismo para combater a miséria. O desenvolvimento elevado das forças de produção cria a possibilidade de suprir as carências materiais dos indivíduos da sociedade, porém, essa possibilidade não é realizada em razão de que as forças de produção no capitalismo não são utilizadas para gerar bem-estar material ou mesmo espiritual para os todos os indivíduos da sociedade, mas para expandir valor-capital das classes dirigentes. A motivação descrita por Marx para o proletariado levar adiante uma revolução na qual se constitua como classe dominante é a de resolver seu problema de escassez material tendo em vista a possibilidade criada pelo amplo desenvolvimento das forças de produção proporcionado pelo capitalismo.

Também no Manifesto Comunista e no Capital, a miséria suportada pelos indivíduos da classe proletária em contraposição às forças de produção altamente desenvolvidas aparece como motivação para eles levarem adiante uma revolução comunista, assim como também sua situação de exploração. No Capital:

À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação, aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo próprio do processo capitalista de produção. (MARX, 2004, p.876)

A partir do processo descrito anteriormente de concentração do capital, parte dos indivíduos que detinham capitais, em sua maioria, de pequeno e médio capital, acaba falindo na competição com outros capitais, e com isto, vem a engrossar a classe do proletariado. Por outro lado, converge com este aumento de indivíduos pertencentes a esta classe a exploração inerente ao processo de produção capitalista e a pobreza, que é sempre uma medida relativa, a saber, diferença entre o nível de consumo de um grupo de indivíduos e a capacidade de produzir da sociedade.

Como constatado acima, eliminar a exploração inerente à sociedade capitalista, a pobreza e a escassez material, o que é tornado possível pelo amplo desenvolvimento das forças de produção possibilitado pelas próprias relações de produção capitalistas, são as principais motivações para o proletariado levar adiante a revolução.

Já fora visto anteriormente que Marx estabelece uma crise econômica do capitalismo como condição objetiva para a realização de uma revolução comunista, como sintoma de que

as forças de produção e as relações de produção já não coincidem mais. Porém, a crise econômica pode ser lida também como motivação subjetiva para a realização de uma revolução. É que quando as forças de produção estão se desenvolvendo no seio de determinadas relações de produção, ainda que a pobreza persista, este desenvolvimento das forças de produção promove uma expectativa generalizada de uma melhoria no bem-estar material dos demais grupos sociais, ou pode até mesmo reverter-se em uma melhoria no bem-estar material, ainda que a pobreza relativa mantenha-se estável ou até mesmo amplie-se. Porém, com as crises econômicas, esta expectativa se desfaz, ou até mesmo a pobreza absoluta e relativa aumentam. Deste modo, as motivações para se fazer uma revolução podem parecer mais justificáveis frente aos sacrifícios que a mesma exige da sociedade .

Temos com isto concluído que para Marx, em muitos de seus textos em que o autor descreve processos particulares de transformação da base econômica, uma revolução ou a substituição de determinadas relações de produção por outras exige não apenas que as condições objetivas sejam satisfeitas, como entendido pelo determinismo tecnológico, mas também as condições subjetivas. Se é certo que por um lado não são possíveis relações de produção que não sejam eficientes quanto à produtividade, ou em outros termos, se é certo que as forças de produção estabelecem limites para as formas de produção factíveis, por outro, também é certo que uma revolução só é realizada se as classes subalternas se propõem à tal. Mas as condições pelas quais uma classe pode se propor à classe dominante, ou pode realizar uma revolução na qual se estabeleça como tal, não estão todas elas atreladas à possibilidade de sua forma de propriedade condizer com o nível de desenvolvimento das forças de produção: a possibilidade dos indivíduos de se identificarem como pertencentes a uma mesma classe, a sua capacidade de organizar-se como força política, a capacidade de abrangerem nesta força política uma ampla massa de indivíduos da sociedade, seja por meio de alianças entre classes, seja por meio do aumento mesmo de indivíduos pertencentes a uma mesma classe, como no caso da concentração de capital, as motivações necessárias para que estes indivíduos queiram levar adiante a revolução apesar dos riscos e sacrifícios que a mesma a eles impõem, todas estas variáveis independem das condições objetivas.

CONCLUSÃO

A teoria de Marx exposta no *Prefácio à Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859) estabelece unicamente condições objetivas para que determinadas relações de produção sejam substituídas por outras, além de atribuir à história um caráter determinista, segundo o qual as estruturas econômicas sempre se ajustam à sua forma mais eficiente quanto à produtividade material. O intérprete mais famoso desta interpretação do materialismo histórico, Gerald Cohen, procura justificar esta interpretação buscando no texto de Marx premissas implícitas a partir das quais propõe a interpretação da escolha racional. Porém, apesar do esforço de Cohen de buscar dar uma fundamentação mais precisa à concepção apresentada pelo *Prefácio* que acabou sendo denominada de determinismo tecnológico, esta concepção mostra possuir defeitos quanto às justificativas internas e quanto à verificação empírica com algumas formações sociais que não condizem com a teoria, como defendido por Richard Miller.

Jon Elster propõe que a teoria geral apresentada no *Prefácio* não coincide com as explicações de Marx de casos específicos de transformação na estrutura econômica; além disto, este intérprete propõe, assim como Richard Miller, que em muitas das explicações de Marx, não apenas a condição objetiva para uma nova estrutura econômica deve estar satisfeita, a saber, a não-contradição entre determinadas relações de produção e as forças de produção, mas também as condições subjetivas, que são as condições sociais e políticas para que uma classe realize uma revolução no modo de produção.

A partir da análise das explicações de Marx dos processos de transformação de estruturas econômicas que ocorreram ou que estavam por acontecer, constatou-se que o autor atribui certas condições para que uma classe possa estabelecer um novo regime de produção. Se aceitarmos que as relações de produção somente se transformam por meio de um conflito entre classes no qual a revolução somente pode ser levada adiante por classes subalternas que pretendem estabelecer-se como nova classe dominante, pois não existem razões para se supor que a classe dominante atual proporia uma nova relação de produção ou que não se utilizaria do aparelho político e dos meios de reprodução ideológicos para poder perpetuar-se no poder político e econômico da sociedade. E se aceitarmos que, embora existam certas condições para que uma classe se estabeleça como classe dominante que dependem do desenvolvimento das forças de produção, como por exemplo, que é preciso que a relação de produção

correspondente ao domínio desta classe consiga ter eficiência no uso e desenvolvimento das forças de produção, também existem condições para que uma classe tome o poder que independem das forças de produção, como o desenvolvimento da consciência de classe, a capacidade de organização, a capacidade de ela fazer alianças com outras classes e a existência de motivações suficientemente fortes que façam com que os indivíduos desta classe que pretende se estabelecer como dominante calculem que vale a pena correr os riscos e sofrer as consequências que as tentativas de se realizar uma revolução acarretam. Então devemos concluir que para que a substituição de determinadas relações por outras se realize, é preciso não apenas que certas condições objetivas para que este processo se dê sejam satisfeitas, mas também que determinadas condições sociais e políticas que independem das primeiras sejam satisfeitas. E como a teoria geral de Marx exposta no *Prefácio* propõe que apenas as condições objetivas precisam ser satisfeitas, disto se segue que as explicações de Marx de casos particulares de transformação da estrutura econômica, nas quais o autor estabelece que é preciso satisfazer também condições de conjuntura política para que uma revolução se realize, não coincidem com a explicação geral de Marx exposta no *Prefácio*, como defende Elster, a não ser que se consiga mostrar que a teoria exposta do *Prefácio* permite uma outra interpretação que não aquela do determinismo tecnológico.

BIBLIOGRAFIA

- BOTTOMORE, Tom. *A dictionary of marxist thought*. 2.ed. Malden: Blackwell Publishers, 2011
- COHEN, G. A. *Karl Marx's theory of history – a defence*. 2.ed. Princeton: Princeton University Press, 2000
- ELSTER, Jon. *Making sense of Marx*. 1.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1985
- ELSTER, Jon. *Marx Hoje*. 1.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989
- HILL, Christopher. *A revolução Inglesa de 1640*. 3.ed. Lisboa: Editora Presença, 1985
- MARX, Karl. *A ideologia Alemã*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- MARX, Karl. Carta de Marx a P. V. Annenkov. IN: MARX, Karl. Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009a. pp, 243-257
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008
- MARX, Karl. *Grundrisse*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011
- MARX, Karl. *O Capital – Crítica da economia política: Livro I*. 22.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004
- MARX, Karl, *O Capital – Capítulo IV inédito*. 1ed. São Paulo: Editora Moraes, 1985
- MARX, Karl. *O manifesto do partido comunista*. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2007
- MCLELLAN, David. *Karl Marx: his life and thought*. 2.ed. London: Macmillan, 1985
- MILLER, Richard. *Productive Forces and the Forces of Change: Review of Karl Marx's Theory of History - The Philosophical Review*, vol: 90. 1981 pp. 91-117.
- WOOD, Allen. *Karl Marx*. 2.ed. Routledge: New York, 2004